



**ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

O IMPACTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NO BEM-ESTAR DAS  
COMUNIDADES RIBEIRINHAS PANTANEIRAS

Por

ANITA VALENTE DA COSTA

SÃO PAULO, 2020



**ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

**O IMPACTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NO BEM-ESTAR DAS  
COMUNIDADES PANTANEIRAS**

Por

**ANITA VALENTE DA COSTA**

**COMITÊ DE ORIENTAÇÃO**

**RAFAEL CHIARAVALLI**

**MIRAÍRA NOAL MANFROI**

TRABALHO FINAL APRESENTADO AO PROGRAMA DE MESTRADO  
PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL COMO REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

IPÊ – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS  
LOCAL, ANO

**Ficha Catalográfica**

Costa, Anita

O Impacto das Áreas Protegidas no Bem-estar das

Comunidades Pantaneiras, 2020. XX 95p.

Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de  
Pesquisas ecológicas

Pantanal

Comunidades

Bem-estar

Escola Superior de  
Conservação Ambiental e Sustentabilidade,  
IPÊ

**BANCA EXAMINADORA**

SÃO PAULO, 10 de novembro de 2020

---

Prof. Dr. Rafael Chiaravalloti

---

Prof. Dra. Miraíra Noal Manfroi

---

Prof. Dr. Tiago Pavam

Dedico a todas e todos que lutam para preservar a diversidade e através dela dar voz a pessoas que estão invisíveis para a nossa sociedade.

## AGRADECIMENTOS

O Programa disponibilizado pela ESCAS, me trouxe oportunidades e experiências que jamais iria imaginar que um programa de mestrado poderia me fornecer. Por isso começo agradecendo a cada um que fez parte da equipe que cuida de nós alunos. Somos acolhidos de forma única, o IPÊ se torna a nossa casa. Tudo é pensado com muito carinho (desde a forma que iremos chegar, os cuidados com a nossa hospedagem, agenda de aulas). Por isso agradeço a toda equipe que nos acolheu e se preocupou com o nosso bem-estar durante a nossa formação, tornando o ipê um espaço inovador de educação.

E como não falar da “Sustenta Band”, mas que turma em? Nunca vou entender como um processo seletivo pode juntar tanta gente doida em um lugar só? Uma turma formada por excelentes profissionais. Com certeza um dos pontos altos do mestrado foi conhecer cada um de vocês. É muito bom saber que existem pessoas tão especiais no mundo. Obrigada Andreia, Carol, Lê, Gabi, Rafa, Dani, Thi, Mari, Flávia, Fran e Ennio. Vocês são pessoas incríveis, me senti sortuda de ter vocês ao meu lado e tenho orgulho de ser amiga de cada um de vocês.

Em sala de aula tive professores excelentes, e fico feliz por um deles me acompanhar até aqui. Agradeço o Rafael por me convencer a trabalhar com ele no seu amado Pantanal (que ele sempre tanto fala), agora mais do que nunca sei o porque.

Quando entreguei o texto da qualificação mandei um texto bastante verdadeiro sobre o meu Grande pequeno Comitê, e decidi aperfeiçoar ele aqui. O Rafael é um pesquisador incrível, com trabalhos importantes, que trazem olhares a um lugar tão especial, sua pesquisa traz luz a pessoas que são invisíveis ao mundo e sofrem com

inúmeras injustiças sociais. Agradeço imensamente ao Rafael por me apresentar o seu Pantanal e por ter me dado esta oportunidade de conhecer mais do nosso Brasil. O Rafael me mostrou que é possível fazer ciência de forma ética e que apoiem as lutas das minorias. Agora chegou a vez da Mira, que caiu de paraquedas mas caiu como uma luva. Obrigada por colocar mais poesia na minha vida, de humanizar a pesquisa e por cada pôr do sol que pudermos ver em silêncio depois de um dia de trabalho árduo. Sua presença em campo foi de grande importância para capturar a sensibilidade de cada um que entrevistamos. Obrigada por me acolher e cuidar de mim neste processo, além de me dar casa no MS.

Agradeço também a Ecoa – Ecologia em Ação, que foi através do excelente trabalho que ela executa com as comunidades Ribeirinhas do Pantanal e do seu apoio, que se tornou possível fazer esta pesquisa de forma eficaz. Foi o impacto positivos de seus projetos na luta com as comunidades, em que os Ribeirinhos sentiram confiança para contar as suas histórias, que são carregadas de muita luta. Em especial o Jaburu que além de ser um excelente pesquisador é uma pessoa incrível. Agradeço também ao André por abrir tantas portas e cuidar tão bem das comunidades, que possuem um carinho imenso por ele.

E por último, não menos importante, quero agradecer a todos que ficaram em São Paulo me apoiando quando decidi entrar no programa de mestrado. Agradeço a minha família (minha mãe Zuleica, meu companheiro Rodrigo e meu irmão Ivan) que se mobilizaram para que eu pudesse seguir meus estudos. E agradeço a Iza, minha parceira de trabalho, que segurou todas as barras quando estava longe. Fico feliz de

ver que o nosso tão lindo projeto cada vez mais ganha força, afinal cheguei até aqui  
por ele também (viva a nossa Bauhinia!)

## PRÓLOGO

Recebi um desafio do meu comitê de contar um pouco sobre a minha pessoa, para quando você leitor ver este trabalho, não ver apenas a “Costa et.al, 2020”. Afinal todos que trabalham com pesquisa sabem que as histórias de vida são tão legais quanto as descobertas, então aqui vai um pouco da minha história.

Em 2012 após conhecer três mulheres incríveis (Valquiria, Helena e Wanda), em um projeto comunitário em que organizei com a cooperativa de catadores Cooperpac, decidi que queria ser que nem elas, trabalhar em ajudar o planeta ajudando as pessoas. Por causas delas decidi prestar Ecologia. E com certeza foi umas das melhores escolhas que podia ter feito, a foto abaixo foi tirada em Corumbá, é a minha turma fazendo o campo de Ecologia de Populações em 2015, a Anita dessa foto jamais imaginaria que iria voltar para esta mesma cidade alguns anos depois.



Ecologia significa “estudo da casa”. No caso a nossa casa é o nosso planeta. Quando me mudei para Rio Claro para cursar ecologia minha mãe me mandou uma música que havia escutado no rádio, e ela falou "filha, essa é a sua música agora". Era uma música que estava



bem na moda em 2013, tocava bastante na rádio, 93 Million Miles do Jason Mraz. A música fala que independente do lugar que a gente está, sempre teremos um lugar para voltar. Mas que você vai ver que o seu verdadeiro lar está onde você está. E é isso que a Ecologia trouxe pra mim, muitos lares espalhados no Brasil. Muitas casas, muitas famílias e muitas lembranças boas.

“Every road is a slippery slope  
There is always a hand that you can hold on to  
Looking deeper through the telescope  
You can see that your homes inside of you”

Ser ecólog@ é carregar a sua casa dentro de si mesmo e estar aberto para que outras pessoas façam parte do seu lar. E saber que com respeito e carinho você pode conhecer pessoas surpreendentes que deixaram marcas que elas nem imaginam.

A minha última morada foi o Pantanal, onde conheci pessoas incríveis e que tive até a oportunidade de comemorar os meus 26 anos ao lado delas (sem internet, longe da família, com muitas estrelas, decoração com rascunhos de artigos científicos, panetone com vela, bordado de lembrança), com certeza estava em casa (olha que decoração linda).



Teve muito trabalho, dias em que chegamos com o dia já acabado, e no escuro formava um corredor de vagalumes que nos recebia na entrada da casa da dona Nilza. Estar isolado nos conecta de uma forma inexplicável, que ensina o que é realmente importante naquele momento, é a conexão por si só, viver e se entregar 100% para o momento presente.

Um dia em um fim de tarde o Branco nos levou para pescar com duas latinhas, não pegamos nada, mas estava um pôr-do-sol de tirar o fôlego. Outros dias sentávamos na cozinha na hora de preparar o jantar, no entorno do fogão de lenha com a risada rolando solta, era Renato e a Neusilene que dava corda, e a Mira tirava de algum “lugar” um repertório gigante de piadas, ela é doutora. A minha história preferida é a da galinha que roubou o pão que ganhamos de presente (e ficamos um tempão esperando o pão ficar pronto), um calor imenso, mas estávamos lá no forno a lenha “botando” mais lenha para o pão sair, não podíamos sair da casa da “Ro” sem comer o seu famoso pão, ia ser desfeita, no final não fomos nós que comemos tudo (mas isso é um segredo), foi uma galinha (e ela havia avisado e até tinha preparado a gente com uma vassoura).

Quantas histórias acabei escutando do Jaburu ao longo das trajetórias que fazíamos embarcados, é muita vivência que ele carrega, foi bom escutar o que ele tinha para compartilhar. E as reflexões famosas que o Rafael trazia em momentos inesperados, parecia que a ideia ou o questionamento pulava na cabeça dele, reflexões bastantes complexas, mas daquele tipo que parece quebra-cabeça, que você se sente intrigado? É um pesquisador nato mesmo este menino. E até adoção aconteceu nessa história, hoje a cachorrinha Ribs tem um lar, a casa da Mira.



É isso, o Pantanal é o presente. E estar lá muda a gente, mostra que tem gente que nem a gente, gente que luta, que ensina e que aprende. Gente forte que supera todos os desafios, que resiste e vive com tanta natureza que faz com quem pise por lá saia apaixonado pelas famílias ribeirinhas. O Pantanal me ensinou que as coisas mudam rápido e que ter bom humor e muita garra, acompanhado de muito tereré faz com que possamos continuar.

Uma boa Leitura!

Abraços Anita.

# SUMÁRIO

## CONTEÚDO

RESUMO.....	17
ABSTRACT .....	18
<b>O IMPACTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NO BEM-ESTAR DAS COMUNIDADES PANTANEIRAS .....</b>	<b>19</b>
1. INTRODUÇÃO .....	19
1.1 – Histórico das Áreas Protegidas e o Impacto no Bem-Estar das Comunidades do Entorno .....	19
1.2 - Histórico de Criação das Áreas Protegidas no Pantanal .....	22
1.3 – Origem das Comunidades Ribeirinhas Pantaneiras. ....	25
1.4 - As Comunidades Tradicionais Ribeirinhas Pantaneiras e o conflito com as Áreas Protegidas. ....	25
2. OBJETIVOS .....	30
2.1 - Objetivo Geral .....	30
2.2 - Objetivos Específicos.....	30
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	31
3.1 - Área de Estudo .....	31
3.2 - Instrumento .....	33
3.3 - Participantes .....	34
3.4 - Procedimentos de coleta de dados .....	36
3.5 - Análise dos Dados .....	41
4. RESULTADOS .....	42
4.1 – Território e Modificações na Área de Uso.....	42
4.2 – Mudanças Residenciais.....	57
4.3 - Receio/medo em Praticar Atividades.....	62
4.4 - Relação Comunidades e Atores do Conflito .....	70
5. DISCUSSÃO .....	77
6. CONCLUSÕES .....	82
7. REFERÊNCIAS .....	84
ANEXO A.....	91
ANEXO B.....	92
ANEXO C .....	93
ANEXO D .....	96

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Áreas Protegidas do Alto do Paraguai (nome, categoria, ano de criação e área (ha)).	23
Tabela 2 - Componentes de Avaliação de bem-estar do artigo “Guiding principles for evaluating the impacts of conservation interventions on human well-being” (WOODHOUSE ET AL., 2015)	34

## LISTA DE FIGURAS

Figure 1 - Histórico da implementação de áreas protegidas no Pantanal. Mapas do trabalho de Chiaravalloti, 2017. ....	24
Figure 2 - Imagem de Moradores Ribeirinhos Pantaneiros da Comunidade Barra do São Lourenço navegando, com a Serra do Amolar no Fundo. Fonte: Autora. ...	26
Figure 3 - Pescador Ribeirinho da Barra do São Lourenço (Comunidade 2), foto tirada após pegar um Jaú, o maior peixe do Pantanal. Fonte: Rafael Chiaravalloti. ....	27
Figure 4 - Foto tirada durante o campo de duas crianças Ribeirinhas brincando com a Serra do Amolar no fundo. A menina estava descascando cana em quanto o irmão tirava a água do barco com um baldinho e se escondia atrás da folha do sol. Fonte: Autora .....	28
Figure 5 - Mapa de localização dos assentamentos das Comunidades Ribeirinhas. A Comunidade 1 corresponde a comunidade do Paraguai Mirim e São Francisco e a Comunidade 2 corresponde a comunidade da Barra do São Lourenço. Fonte: Autora, 2020. ....	29
Figure 6 - Imagem da Bacia do Paraguai. Fonte: ECOA, 2013, Relatório Técnico de Geomorfologia (Produto do Convênio MJ/SDE/FDD no. 0084/2011 (Siqueira, 2015)). ....	32
Figure 7 - Divisão das comunidades através do território e influência das áreas protegidas. Fonte: Autora, 2020. ....	35
Figure 8 - Volta do campo para a base. A direita a pesquisadora Miraíra e a esquerda o Piloteiro Jocemir. Fonte: Autora, 2019 .....	37
Figure 9 - Fotos de Campo A) Quarto em que a equipe se hospedou B) Foto tirada no caminho para as entrevistas C) Foto tirada na despedida da família Ribeirinha que recebeu a equipe. Fonte: Autora, 2019. ....	38
Figure 10 - Fotos da coleta de dados em Campo A) Entrevista no quintal da casa de um morador da Comunidade 1 B) Entrevista realizada no Porto de Corumbá com um dos moradores da Barra de São Lourenço C) Vista da casa de um dos entrevistados. Fonte: Autora, 2019. ....	40
Figure 11 - O Esquema acima apresenta como foram organizados os Grupos Temáticos para compreendermos os impactos das áreas protegidas no bem-estar das comunidades ribeirinhas pantaneiras, organização baseada no Guide of principle Woodhouse, 2015. Fonte: Autora, 2020. ....	42
Figure 12 - O contorno azul indica o território da Comunidade 1. Já o contorno vermelho temos a limitação do território da Comunidade 2. A área listrada	

mostra o quanto as Áreas Protegidas (de cinza) estão inseridas no território das comunidades. ....	45
Figure 13 - O gráfico acima apresenta a proporção de família que foram impactadas o acesso e uso dos locais de pesca. ....	46
Figure 14 - O gráfico acima apresenta a proporção de família que foram impactadas o acesso a coleta de madeira. ....	50
Figure 15 - Mapa de Expulsão física das comunidades 2 e 1 respectivamente. Podemos ver que o processo de expulsão foi predominante na Comunidade 2. ....	57
Figure 16 - O gráfico acima apresenta a proporção de pessoas que tiveram que se mudar após a implementação das reservas mostrando que na Comunidade quase toda a população foi expulsa. ....	58
Figure 17 - O gráfico acima apresenta a proporção de respostas das famílias que manifestaram alguma fala sobre medo ou receio de sofrerem novas sanções (encaixando falas sobre receio de criação de novas áreas, fiscalização, e liberdade do uso das áreas. ....	63
Figure 18 - O esquema acima apresenta a dinâmica dos atores com o conflito em que as comunidades estão inseridas. ....	71

## LISTA DE ABREVIações

SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TNC	The Nature Conservation
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
AT	Análise Temática
ICMBIO	Instituto Chico Mendes
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
PARNA	Plano de Manejo Parque Nacional
MPF	Ministério Público Federal
AP	Área Protegida
Comunidade 1	Comunidade São Francisco e Paraguai-Mirim
Comunidade 2	Comunidade Barra do São Lourenço
Ecoa	Ecologia em Ação (Instituição que atua na região)
MS	Mato-Grosso do Sul
MT	Mato Grosso



## RESUMO

Resumo do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre

### O IMPACTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NO BEM-ESTAR DAS COMUNIDADES PANTANEIRAS

Por  
Anita Valente da Costa

Julho, 2020

Orientador: Prof. Dr. Rafael Chiaravalloti

As populações humanas são pauta recorrente quando ocorrem as discussões sobre gestão das áreas protegidas no Brasil e no mundo. Devido aos inúmeros conflitos gerados no passado, em que estas áreas eram criadas sem a participação da sociedade. Entretanto, compreender os impactos das iniciativas de conservação sobre as pessoas pode ajudar a identificar os ganhos e perdas das comunidades e, conseqüentemente, compreender quais caminhos devem ser percorridos para que sejam potencializados os impactos positivos das áreas protegidas nas vidas das pessoas. Neste sentido, conceitos como o de “bem-estar humano” começaram a ser discutidos e amplamente disseminados. O presente trabalho tem o objetivo de compreender o impacto das áreas protegidas no Bem-estar nas Comunidades Ribeirinhas Pantaneiras (Barra do São Lourenço e Paraguai-Mirim/São Francisco). Os dados mostram que nas duas comunidades houve impactos negativos no bem-estar dos Ribeirinhos. Porém, as respostas mais importantes encontradas neste trabalho não são apenas as diferenças dos motivos que impactam negativamente as comunidades e sim como em um mesmo grupo (Comunidades Tradicionais Pantaneiras) podem haver históricos tão diferentes que fazem com que o bem-estar destas comunidades tenham impactos diversos. Espera-se que, a partir dos dados coletados, hajam políticas efetivas e significativas, que melhorem o bem-estar das comunidades e a conservação da biodiversidade.

## **ABSTRACT**

Abstract do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre

### **THE IMPACT OF PROTECTED AREAS ON THE WELFARE OF “PANTANEIRAS” COMMUNITIES**

By

Anita Valente da Costa

July, 2020

Advisor: Prof. Dr. Rafael Chiaravalloti

Human populations is a recurring topic over protected area management in Brazil and the globally. Especially due to countless conflicts caused in the past, in which these areas were established without the participation of the society. Understanding the impacts of conservation initiatives on people can help to identify the gains and losses for these communities and, consequently, point out which paths must be taken in order to maximize the positive impacts from protected areas on people’s lives. To be the direction of the conservation debate, concepts such as “human well-being” started being discussed and widely disseminated. This work aims on understand the impact of Protected Areas on the Well-Being in the Pantaneira Riverside Communities (Barra do São Lourenço and Paraguai-Mirim/São Francisco). The data shows that in both communities there were negative impacts on local well-being. However, the most important answers found in this work are not just the differences between the causes that negatively impacts communities, but how in the same group (Traditional Pantaneira Communities). Different personal/experience histories may result in different impacts on people’s well-being. We hope that based on the data collected, there will be effective and significant policies, improving well-being of communities and the conservation of biodiversity

# **O IMPACTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NO BEM-ESTAR DAS COMUNIDADES PANTANEIRAS**

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1 - Histórico das Áreas Protegidas e o Impacto no Bem-Estar das Comunidades do Entorno**

Um das estratégias mais utilizadas para a conservação da biodiversidade é a criação de Áreas Protegidas (BRITO, 2000). Embora diversas áreas protegidas já tenham sido criadas ao longo da história antiga (como na China, Grécia e Índia), o marco da criação deste modelo aconteceu em 1872, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos da América (EUA) (PÁDUA, 2004). O objetivo era preservar a natureza “virgem” da região para as futuras gerações, excluindo a possibilidade de pessoas habitarem a área (modelo de wilderness). Essa ideia foi uma das mais influentes na história da conservação no mundo, e até hoje influencia pesquisadores, ambientalistas e tomadores de decisão que tem suas ações focadas na questão ambiental (BENSUSAN, 2006).

O modelo de Parque Nacionais foi exportado para diversas partes do mundo, no entanto, não contemplava uma série de particularidades dos contextos sociais e ambientais locais. O resultado foi o aparecimento de diferentes conflitos entre moradores da região com pessoas que representavam as Áreas Protegidas.

Em 1933 na Convenção de Londres para a preservação da Flora e da Fauna, ocorreu a primeira tentativa de reduzir os possíveis impactos negativos dessas áreas, estabelecendo conceitos e estratégias claras para a implementação das Áreas Protegidas (MORSELLO, 2001). Nesse mesmo caminho, foi criada em 1948, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), em que se estabeleceu dentro de suas atividades nos anos 1960 a Comissão de Parques Nacionais e áreas protegidas com o intuito de promover orientações de manejo dessas áreas.

No entanto, talvez o marco mais importante dessa discussão e que colocou as áreas protegidas nas agendas dos governos no mundo, foi a Conferência sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972 (SCHERL, et al. 2006), em que iniciou-se a

propagação da ideia em que os recursos naturais são também recursos capitais, e que crescimento econômico e a conservação são metas inseparáveis (HOLDGATE, 1999). Neste contexto histórico passou-se a incluir diferentes visões e modelos de conservação, muitos começaram a desafiar o modelo vigente de wilderness (natureza intocada) (DIEGUES, 2001).

Com o aumento dos conflitos com comunidades locais e a ineficiência de muitas áreas protegidas no mundo, a integração com populações humanas passou a se tornar pauta recorrente nas discussões sobre gestão das áreas protegidas (VIANNA, 2008). Segundo Diegues 1996 a importação do modelo americano, criado em um contexto histórico específico que os Estados Unidos estavam vivendo no século passado (como a urbanização e ocupação desenfreada pela expansão capitalista), não foi condizente com a realidade dos outros países (DIEGUES, 1996).

No entanto, o que seria uma simples adaptação a cada realidade se tornou algo maior. Em grande parte do mundo, por exemplo, por muitos anos prevaleceu uma visão conservadora (preservacionistas), impedindo qualquer parceria entre comunidades e áreas protegidas. Hoje existem inúmeros conflitos causados pela a criação de áreas protegidas no mundo, com consequências como: situação de desemprego, falta de moradia, marginalização, insegurança alimentar, aumento da morbimortalidade e desarticulação social (ADAMS; HUTTON, 2007; CHIARAVALLLOTI, 2015).

Após inúmeros conflitos criados, as políticas internacionais de conservação passaram associar a conservação natural com o desenvolvimento humano, criando novas metas e um olhar de como as intervenções humanas podem contribuir com a conservação e a manutenção dos serviços ecossistêmicos (BOTTRILL et al. 2012). Com o redirecionamento do debate da conservação, cada vez mais os conceitos de “bem-estar humano” começaram a ser discutidos, sendo amplamente disseminado e desenvolvido indicadores no “Millennium Ecosystem Assessment” 2003, trazendo um cenário de avaliação em que a conservação proporciona serviços e implicações para o bem-estar humano (CARPENTER et al., 2006).

A Avaliação de Ecossistemas do Milênio (MA) definiu o bem-estar humano em cinco dimensões: material necessário para uma vida boa, saúde, boas relações sociais, segurança, liberdade e escolha (MA, 2003). Por mais que as categorias tenham sido

examinadas, elas podem trazer respostas vagas devido a existência de diferentes padrões de bem-estar nos diferentes modos de vida, servindo apenas como estrutura para pensar como medir o bem-estar (COLLOMB, 2012).

Compreender os impactos das iniciativas de conservação sobre as pessoas pode ajudar a identificar os ganhos e perdas das comunidades, e conseqüentemente identificar quais caminhos devem ser percorridos para que seja potencializado os benefícios para as pessoas gerado pela conservação (LEISHER, 2013).

Para compreender os impactos causados pela implementação de áreas protegidas nas comunidades, precisamos fazer o uso de ferramentas que nos permitam captar aspectos importantes da vida humana como relações sociais, autonomia e liberdade de forma eficiente a fim de compreender impactos múltiplos da conservação na vida das comunidades (WOODHOUSE ET AL 2015).

A legislação Brasileira que rege as áreas protegidas é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Lei Federal No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Este se trata de um conjunto de unidades de conservação, em que se divide em dois grupos (áreas de proteção integral e áreas de uso sustentável), com 12 categorias criadas de acordo com os possíveis usos daquelas áreas, algumas mais restritivas do que outras (BRASIL, 2000).

É importante ressaltar que mesmo que no SNUC reconheça a criação de áreas protegidas que levam em conta o uso desses espaços pelas comunidades locais de forma sustentável, os direitos das populações tradicionais foram reconhecidos no Brasil apenas em 2007, sete anos depois de que foi aprovado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000), o Decreto no 6.040/2007 assume no Art. 3o (BRASIL, 2007) que:

1- Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

## **1.2 - Histórico de Criação das Áreas Protegidas no Pantanal**

Nos anos de 1970 os movimentos conservacionistas internacionais começaram a pressionar o governo brasileiro a tomarem medidas referentes a proteção dos seus ecossistemas naturais. No mesmo momento, a sociedade Brasileira também começou a exigir do governo ações de preservação dos seus patrimônios naturais. No Pantanal esse movimento levou a criação da primeira área protegida na região, a Reserva Biológica do Caracará em 1971 com 80.000 hectares (CHIARAVALLOTI, 2019; TOCANTINS, 2006). Localizada na região da Serra do Amolar, é uma área prioritária para a conservação da Biodiversidade Brasileira devido a sua paisagem apresentar uma diversidade de fitofisionomias, que varia de áreas inundáveis até campus de altitude, abrigando inúmeras espécies brasileiras ameaçadas de extinção como a onça pintada (*Panthera onca*) (BERTASSONI, 2012 ; TOMAS et al, 2010).

Em 1974 a região viu uma das maiores cheias da sua história, o que levou a perda de milhares de cabeça de gado, estima-se algo como 50% de todo o rebanho do Pantanal (GALDINO; RESENDE, 2000). Com a falência de diversas fazendas e a pressão de fazendeiros para que suas áreas fossem compradas pelo governo federal, a antiga Reserva Biológica do Caracará, foi reclassificada em 1981 como Parque

Nacional do Pantanal Mato-Grossense, passando de uma área protegida de 80.000ha para 135.000ha (COUTO et al. 1975; PARMA, 2003).

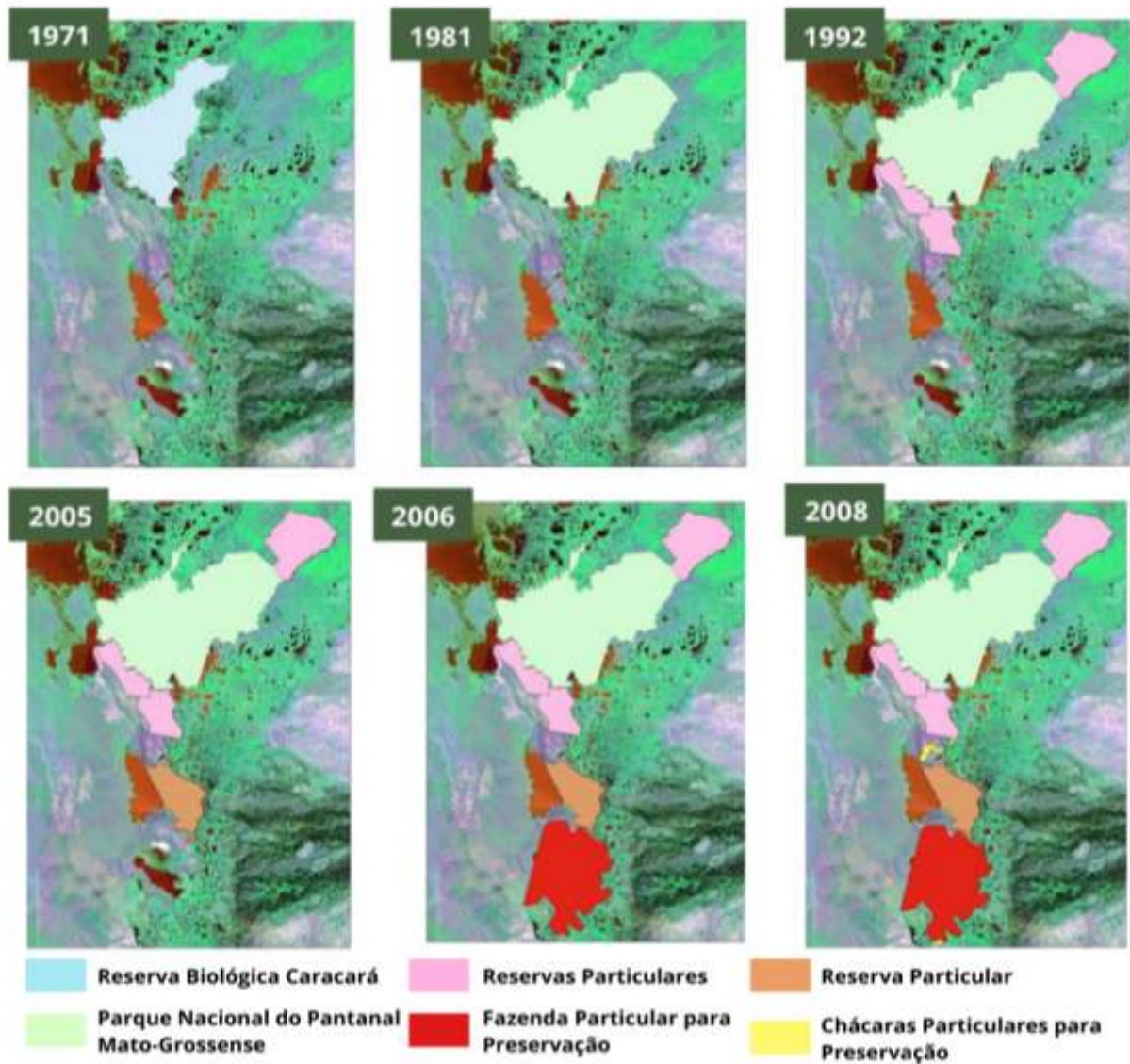
A partir de 1992 foram criadas outras três Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) (Penha, Fazenda Estância Dorochê e Acurizal). Em 2005 mais uma RPPN foi criada (Rumo para o Oeste). Todas as Reservas Particulares atualmente são regularizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação a partir de 2000. As Reservas Particulares surgiram a partir da compra das antigas fazendas pela organização Internacional The Nature Conservation (TNC) que as transformaram em áreas protegidas, categorizadas como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (CHIARAVALLOTI, 2017). Em 2006, foi criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural Eliezer Batista, de propriedade da MMX Corumbá (Mineração e Metalurgia Ltda), do empresário Eike Batista. Todas as Reservas Particulares são geridas pelo Instituto Homem Pantaneiro (CHIARAVALLOTI, 2017).

Em 2006 e 2008 foram compradas grandes áreas para conservação pela família Bracher, que possui interesse de conservar a região, conhecida como Fazenda Santa Tereza (FRANCO, 2013). Estas áreas não são regularizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, mas são geridas como Áreas Protegidas, reconhecidas por Reservas pela população do entorno.

**Tabela 2** - Áreas Protegidas do Alto do Paraguai (nome, categoria, ano de criação e área (ha)).

Áreas Protegidas	Categoria	Ano de criação	Área (ha)
Fazenda Santa Tereza	Área privada não regularizada	2000	63.000
Parque Nacional	PARQUE – Proteção Integral	1981	135.000
Penha	RPPN – Uso sustentável	1992	13.409
Acurizal	RPPN - Uso sustentável	1992	13.665
Fazenda Estância Dorochê	RPPN - Uso sustentável	1992	26.718
Rumo Oeste	RPPN - Uso sustentável	2005	900
Eliezer Batista	RPPN – Uso sustentável	2008	13.323
<b>Total</b>			<b>239,288</b>

Fonte: Dados coletados no site do ICMBIO.



**Figure 1-** Histórico da implementação de áreas protegidas no Pantanal. Mapas do trabalho de Chiaravalloti, 2017.

Fonte: Rafael Chiaravalloti, 2017



### **1.3 - Origem das Comunidades Ribeirinhas Pantaneiras.**

A população da Borda Oeste do Pantanal é originada da miscigenação de grupos indígenas Guató com ex-escravos e Paraguaiois (CHIARAVALLOTI, 2017a, 2017b; CHIARAVALLOTI et al., 2017). Os Guatóis foram o principal grupo remanescente da região do Alto do Paraguai até o século XVIII (DA SILVA & SILVA, 1995). No século XVI a etnia Guató teve o seu primeiro contato com os imigrantes espanhóis, recebendo dois séculos depois, os imigrantes portugueses (COSTA, 1999).

O contato dos europeus com as etnias indígenas geralmente era acompanhado por um histórico de extermínio dessas populações, por trazerem muitas doenças em que as populações Americanas não tinham imunidade (PÁDUA, 2010). Mas diferente do que aconteceu com outras etnias da região os Guatóis, por não viverem em aldeias e sim núcleos familiares espalhados no território do Alto Paraguai, não foram afetados como os outros grupos (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003).

No século XIX ocorreu uma grande ocupação não indígena da região, primeiros dos pecuaristas por incentivo de Portugal com o objetivo de expandir suas fronteiras (DA SILVA; SILVA, 1995). Com a chegada das atividades pecuárias, escravizados da África foram mandados para a região, existindo registros que alguns Guatóis trabalharam nas fazendas com estes (DA SILVA; SILVA, 1995) Com a Lei Áurea, em 1888, ex-escravos passaram a viver nos aterros indígenas, compartilhando o território da Serra do Amolar, sendo os últimos Guatóis existentes (DA SILVA; SILVA, 1995). Em 1870 com o fim da Guerra do Paraguai, estabeleceu-se um novo fluxo de ocupação, resultado dos problemas sociais causados pela guerra, paraguaiois passaram a fazer parte deste território (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002). Assim surgiram diferentes comunidades na região, sendo uma miscigenação entre indígenas, africanos com influência Paraguaia (DA SILVA; SILVA, 1995).

### **1.4 - As Comunidades Tradicionais Ribeirinhas Pantaneiras e o conflito com as Áreas Protegidas.**

No entorno das áreas protegidas na Borda Oeste do Pantanal vivem cerca de 700 ribeirinhos em quatro principais núcleos: Paraguai-Mirim, São Francisco, Barra do São

Lourenço e Porto Amolar com outros assentamentos familiares menores distribuídos ao longo do rio Paraguai e Cuiabá (SIQUEIRA, 2018). Organizados em pequenas comunidades os moradores que vivem há gerações na região, desenvolvem formas alternativas de sobrevivência e manejo do meio ambiente de acordo com o regime dos rios que pertencem ao território do Pantanal (DA SILVA; SILVA, 1995). A vida dos Ribeirinhos Pantaneiros acompanha a dinâmica das águas que produzem mudanças significativas na paisagem, nos processos ecológicos e na vida de quem mora na beira do rio (DA SILVA, et al. 2008).



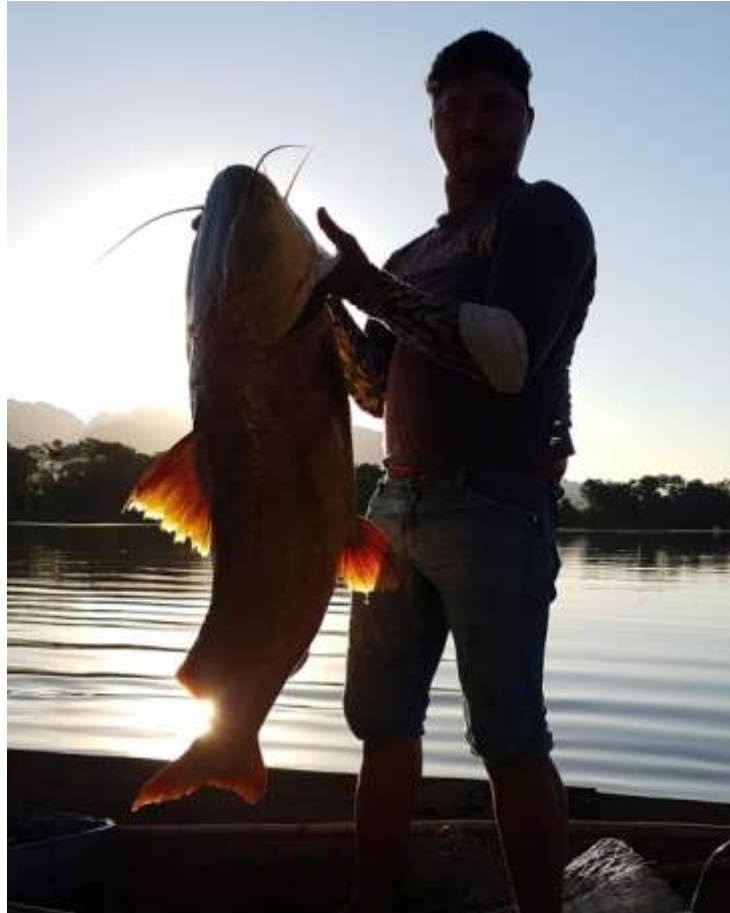
**Figure 2-** Imagem de Moradores Ribeirinhos Pantaneiros da Comunidade Barra do São Lourenço navegando, com a Serra do Amolar no Fundo. Fonte: Autora.

A principal atividade econômica dessas comunidades é a pesca. Os ribeirinhos Pantaneiros vivem da venda de pescado na cidade de Corumbá, da coleta de isca (principalmente caranguejo, tuvira<sup>1</sup>) e/ou piloteiros para o turismo de pesca, atividade bastante fomentada na região. Alguns ribeirinhos também trabalham em fazendas de criação de gado prestando serviço para terceiros exercendo papéis como cuidadores, cozinheiros, peões, caseiros, entre outros (CHIRAVALLOTI, 2019). O pescado é

---

1

também uma das principais fontes de alimentos, sendo parte do cardápio do dia-a-dia, o que estreita mais a necessidade de ter meios para que a pesca aconteça (MANFROI, 2019).



**Figure 3-** Pescador Ribeirinho da Barra do São Lourenço (Comunidade 2), foto tirada após pegar um Jaú, o maior peixe do Pantanal. Fonte: Rafael Chiaravalloti.

Estudos têm mostrado que as comunidades reconhecem a importância do ritmo das águas para a preservação e a manutenção do ecossistema em que vivem, o que faz com que sua organização social seja diferenciada e que exista o sentimento de pertencimento do local que estão inseridos (ALMEIDA; SILVA, 2011). Vivem moldados aos movimentos das águas dos rios Paraguai e Cuiabá, com características marcantes tendo particularidades do modo de pensar, sentir, olhar e se adaptar (SIQUEIRA et.al, 2018).

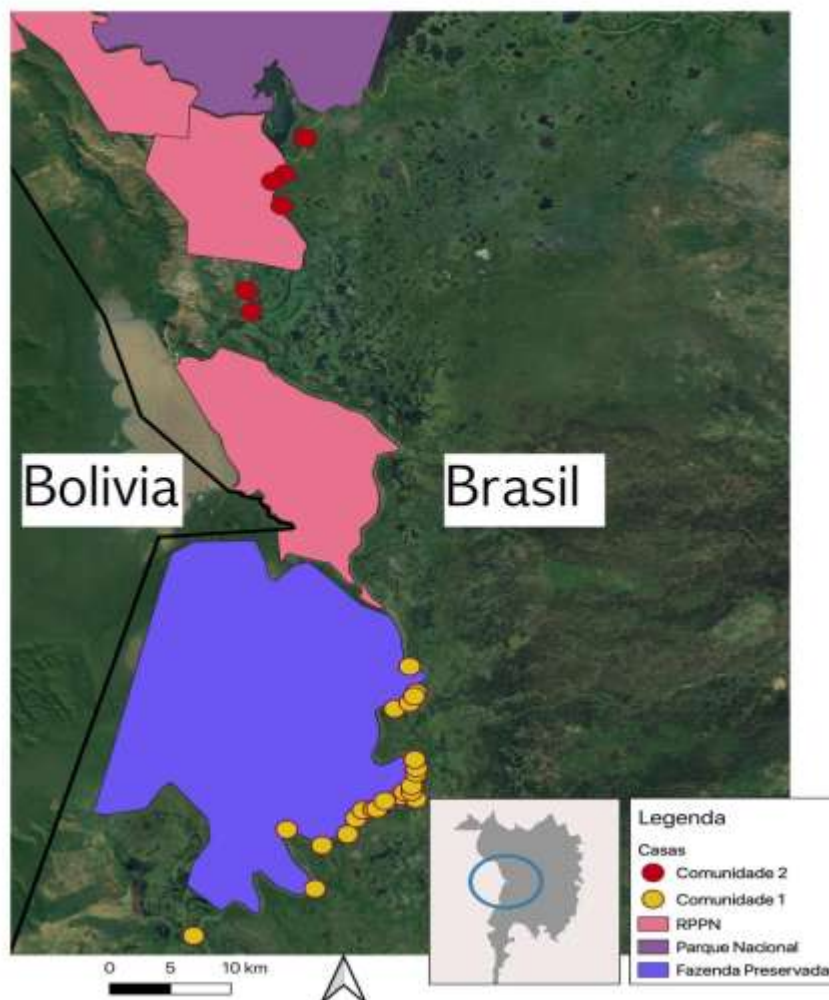


**Figure 4-** Foto tirada durante o campo de duas crianças Ribeirinhas brincando com a Serra do Amolar no fundo. A menina estava descascando cana em quanto o irmão tirava a água do barco com um baldinho e se escondia atrás da folha do sol. Fonte: Autora

Chiaravalloti (2019) apresentou que as comunidades possuem práticas tradicional de pesca e organização social que garantem o uso sustentável dos recursos, além de possuir características próprias culturalmente diferenciadas, compatível com o que rege a legislação brasileira.

No entanto, existe ainda uma forte discussão sobre a categorização destas comunidades como Comunidades Tradicionais, que até hoje pela ótica do estado ainda são invisíveis aos formuladores de políticas públicas, alguns pesquisadores ainda as classificam como “Pobres Rurais” (FRANCO, 2013), negligenciando todo histórico de vida destas comunidades. Um dos motivos é a própria dinâmica das comunidades de mudança territorial devido a composição da paisagem também ser dinâmica de acordo com o comportamento dos rios, dando impressão de um histórico de ocupação aparentemente “vazio” (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

A interação dessas comunidades com as áreas protegidas no entorno dos assentamentos levou a diversos conflitos relacionados a expulsão físicas, econômicas e outras questões relacionadas ao seu bem-estar. No entanto, ainda existe pouco estudo sobre como elas foram impactadas e como cada grupo experienciou esse possível conflito.



**Figure 5-** Mapa de localização dos assentamentos das Comunidades Ribeirinhas. A Comunidade 1 corresponde a comunidade do Paraguai Mirim e São Francisco e a Comunidade 2 corresponde a comunidade da Barra do São Lourenço. Fonte: Autora, 2020.

O que já se sabe é que o foco do conflito entre os três principais assentamentos localizados na região da Borda Oeste do Pantanal é diferente. Por isso dividimos este estudo em duas comunidades. No caso da Comunidade do Paraguai-mirim e São Francisco (em que será chamada de Comunidade 1 neste trabalho), ocorreu em seu território um longo histórico de compra de áreas dos ribeirinhos e proibição de

atividades relacionadas a pesca, que segundo Siqueira (2018) foi uma situação complicada já que o conflito se dá pelo uso de zonas inundáveis que estão localizadas dentro da terra privada (Fazenda Santa Tereza), em que segundo a jurisdição são da União.

Na comunidade da Barra do São Lourenço (nomeada neste estudo de Comunidade 2), o conflito se iniciou em 1995 quando a ONG americana TNC (The Nature Conservancy) comprou três fazendas da região em que foram repassadas para a Ecotrópica (uma ONG Brasileira situada em Cuiabá – Mato Grosso), decretadas posteriormente RPPNs (SIQUEIRA, 2018), o conflito foi exacerbado em 2003 com a publicação do Plano de Manejo do Parque Nacional do Pantanal que proibiu a pesca e coleta de isca na zona de amortecimento do UC, localizado dentro do território da comunidade (CHIARAVALLOTI, 2019). Expulsões, privações do uso de áreas importantes para a pesca, e problemas com limitações fundiárias são pontos que já foram relatados por Chiaravalloti (2019), Siqueira (2018) e da Silva e Silva (1995) e que contribuem com o entendimento do conflito entre as Áreas Protegidas e Comunidades.

## **2. OBJETIVOS**

Considerando a criação de inúmeras reservas na Borda Oeste do Pantanal e o conflito das áreas preservadas com as comunidades Ribeirinhas Pantaneiras já descritos em pesquisas anteriores, o presente trabalho tem o objetivo de responder, levando em conta as diferentes classificações das áreas protegidas e o uso da literatura e de indicadores de bem-estar:

### **2.1 - Objetivo Geral**

Compreender como as Áreas Protegidas na Borda Oeste do Pantanal impactaram o bem-estar das Comunidades Ribeirinhas Pantaneiras.

### **2.2 - Objetivos Específicos**

1. Compreender como a Área Protegida Particular impactou bem-estar dos moradores da Comunidade 1 (assentamentos do São Francisco e Paraguai Mirim).

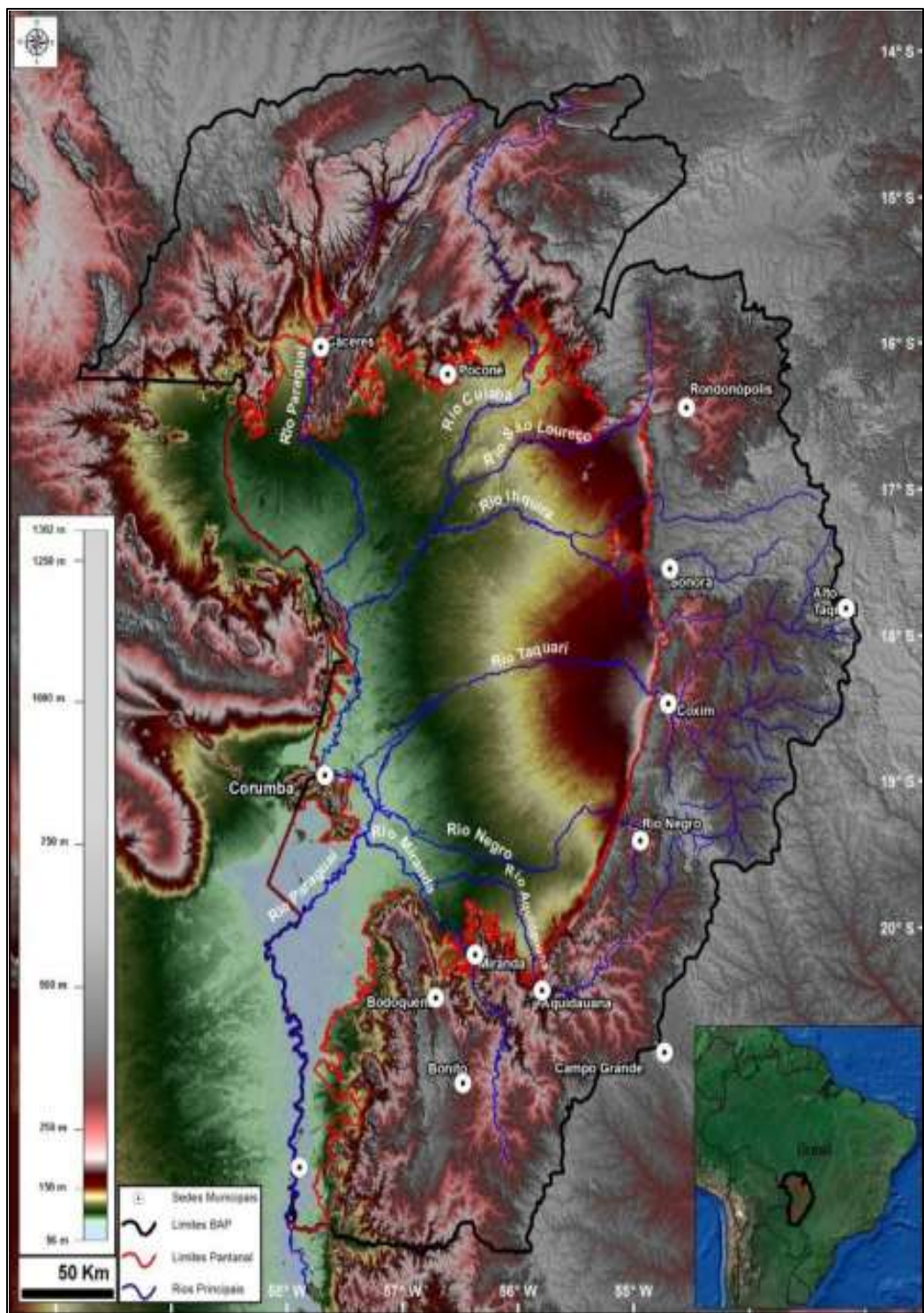
2. Compreender como o Parque Nacional Mato-Grossense e o conjunto de Reservas Particulares impactaram o bem-estar dos moradores da Comunidade 2 (assentamento da Barra de São Lourenço).
3. Levantar se há diferenças nas variáveis que impactam o bem-estar destas duas comunidades.

### **3. MATERIAIS E MÉTODOS**

#### **3.1 - Área de Estudo**

Localizado no centro da América do Sul, o Pantanal é um ecossistema que ocupa 140.000 km<sup>2</sup> no território brasileiro, 15.000 km<sup>2</sup> Boliviano e 5.000km<sup>2</sup> paraguaio (JUNK et al, 2006). No caso do Pantanal Brasileiro, está totalmente inserido na Bacia do Alto Paraguai, em que ocupa aproximadamente 600.000 Km<sup>2</sup> na América do Sul, sendo 363.442 Km<sup>2</sup> estão em território brasileiro (HARRIS et al, 2005).

A Borda Oeste do Pantanal, sub região do rio Paraguai está próximo da Bolívia e localiza-se entre o município de Cáceres (MT) e Corumbá (MS). Na região se formou a Rede de Proteção da Serra do Amolar, constituída pela Fazenda Santa Tereza (W57°30'10", S18°18'38"), RPPN Engenheiro Eliezer Batista (W57°38'35", S18°05'26"), RPPN Rumo Oeste (W57°38'35",S17°49'52"), RPPN Penha (W57°30'09", S17°54'34"), RPPN Acurizal (W57°33'13",S17°49'52"), RPPN Estância Doro Chê (W57°01'28",S17°27'08") e o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (W57°24'11",S17°50'47") (MOREIRA, 2011).



**Figure 6-** Imagem da Bacia do Paraguai. Fonte: ECOA, 2013, Relatório Técnico de Geomorfologia (Produto do Convênio MJ/SDE/FDD no. 0084/2011 (Siqueira, 2015).



### 3.2 - Instrumento

Como instrumento de coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas (ISC) (Anexo 1), com o objetivo de compreender o impacto das áreas protegidas no bem-estar das comunidades ribeirinhas de forma direcionada. As entrevistas semiestruturadas são organizadas de forma em que o entrevistador conduz o processo de coleta através de algumas perguntas focais pré-determinadas e que a entrevista se assemelhe a uma conversa (BONI; QUARESMA, 2005). Os roteiros se concentraram nas mesmas perguntas, alternando apenas a variável ÁREA PROTEGIDA, sendo a fazenda Santa Teresa – Área Preservada Particular para as comunidades do Paraguai Mirim e São Francisco e o Parque Nacional e as Reservas Particulares para a Barra do São Lourenço.

Para avaliarmos o bem-estar o estudo se baseou no artigo da Woodhouse (2015) levando em consideração a estrutura teórica para avaliação do bem-estar, que vincula os domínios do bem-estar - "Vozes dos Pobres" e às perspectivas do "Bem-estar em Países em Desenvolvimento".

**Tabela 3** - Componentes de Avaliação de bem-estar do artigo "Guiding principles for evaluating the impacts of conservation interventions on human well-being" (WOODHOUSE et al., 2015)

Avaliação	Definição
Projeto Bem-estar nos Países em Desenvolvimento (Wellbeing in Developing Countries - WeD) <sup>1</sup>	"O bem-estar é conceituado como resultado e processo, em três dimensões interativas: as circunstâncias materiais objetivas de uma pessoa, avaliação subjetiva dos objetivos das pessoas e dos processos em que elas se envolvem e um componente relacional. A abordagem WeD enfatiza a natureza holística, dinâmica e social do bem-estar. Ele reúne uma configuração única de elementos interdependentes, contrabalançando uma tendência na política de privilegiar o bem-estar material e subestimar sentimentos subjetivos e a dimensão social da vida das pessoas."
'Vozes dos Pobres' ('Voices of the Poor - VoP) <sup>2</sup>	"Baseada em dados empíricos e é familiar aos conservacionistas, porque foi usada na Avaliação de Ecossistemas do Milênio como um meio de conceituar as relações entre os serviços do ecossistema e os aspectos de bem-estar. O projeto encontrou cinco componentes comumente considerados como constituindo bem-estar entre indivíduos em 23 países. São bens materiais, saúde, relações sociais, segurança e liberdade de escolha e ação."

<sup>1</sup> Fornece uma estrutura temática que permite profundidade de entendimento e pode ser usada para orientar a estrutura das avaliações.

<sup>2</sup> Os Componentes serão informativos para os avaliadores sobre quais aspectos do bem-estar devem ser considerados.

### **3.3 - Participantes**

No total foram realizadas 54 entrevistas, sendo que 35 famílias foram entrevistadas na Comunidade 1 e 17 famílias na Comunidade 2. Para a coleta, foi dada prioridade para os membros mais velhos (responsáveis pela família) e em alguns casos a entrevista foram feitas com o casal (eram entrevistados ao mesmo tempo), para fornecer a família entrevistada mais segurança e conforto ao expor sua opinião. Os participantes neste estudo foram identificados por números seguindo a ordem de realização das entrevistas e pela comunidade que fazem parte (Comunidade 1 para os moradores do Paraguai-Mirim e São Francisco e Comunidade 2 para os moradores da Barra de São Lourenço).



**Figure 7-** Divisão das comunidades através do território e influência das áreas protegidas.  
 Fonte: Autora, 2020.

As pessoas citadas nas falas foram dadas nomes fictícios, a fim de preservar as suas respectivas identificações. Todas as pessoas que participaram do estudo, foram informadas dos objetivos dos estudos, bem como que os dados seriam utilizados para fins de pesquisa científica e, portanto, não serão veiculados para qualquer outra finalidade. As transcrições das narrativas preservaram as expressões regionais e a singularidade do jeito de contar em que convida aos leitores a vivenciar a arte de ser original, a fim de manter os ouvintes atentos, além de levar as histórias que foram contadas por narradores que aqui, são anônimos (MANFROI, 2019). A pesquisa foi feita por intermédio de uma Organização do terceiro setor, confiável da comunidade, o que fez toda a diferença para que os entrevistados se sentissem seguros para contar e falar o que viveram.

### **3.4 - Procedimentos de coleta de dados**

Os dados foram coletados no território das Comunidades Ribeirinhas Pantaneiras a fronteira oeste do Pantanal, visitando-as entre o mês de outubro e dezembro de 2019. Foram feitas duas campanhas, com duração de uma semana, cada uma. A primeira na comunidade 1 e a segunda na comunidade 2.

A rota se iniciou em Campo Grande o qual preparamos os equipamentos para viajar até Corumbá (cinco horas e meia). Corumbá é a cidade mais próxima das comunidades, a chegada só dar para ser feita de barco ou avião. A viagem de barco teve duração de 4 horas para a comunidade 1 e 5-6 horas para a Comunidade 2. Devido à distância, ficamos hospedados próximos às comunidades.

A primeira coleta foi feita na casa dos moradores, uma a uma, através de visitas autorizadas pelos próprios moradores. Os Ribeirinhos vivem em regiões alagadas, o que faz o uso de barco necessário no processo. A pesquisa foi realizada na época da seca, em que os locais que ficam as casas acabam ficando em pequenas “ilhas” espalhadas pelo Rio Paraguai e Cuiabá. O Rio baixo faz com que forme grandes áreas na frente das casas, que é comum observar pequenas plantações, pés de manga que sombreiam os espaços dos encontros e conversas. Foi preciso parar nas casas, uma a uma, e a entrada era permitida através de um aceno que mostrava se o morador podia receber ou não.



**Figure 8-** Volta do campo para a base. A direita a pesquisadora Miraíra e a esquerda o Piloteiro Jocemir. Fonte: Autora, 2019

A presença do “piloteiro”<sup>2</sup> Jocemir Antunes foi essencial não só para nos locomovermos para os pontos que seriam realizadas as entrevistas. O “Jaburu” como é conhecido, fez parte da equipe da pesquisa. Ele foi responsável pela criação das rotas, dos cronogramas do campo, e coletou dados em campo. Ter a presença dele como profissional não só da equipe de pesquisa, mas também como representante da Ecoa fez com que a abertura dos Ribeirinhos fosse grande, já que ambos atuam a muitos anos e possuem confiança das comunidades.

---

<sup>2</sup> Piloteiro é como é chamado quem pilota o barco. Este termo é utilizado bastante na região Pantaneira. O Piloteiro é uma profissional que possui experiência e conhecimentos sobre o território Pantaneiro (caminhos, locais de pesca, locais turísticos, as famílias que habitam a beira do rio).



**Figure 9-** Fotos de Campo A) Quarto em que a equipe se hospedou B) Foto tirada no caminho para as entrevistas C) Foto tirada na despedida da família Ribeirinha que recebeu a equipe.  
Fonte: Autora, 2019.

Para as coletas na comunidade 1, a hospedagem foi na casa de uma das famílias Ribeirinhas que funciona como pousada. Estadejar com uma família ribeirinha contribuiu com a eficiência no campo e da forma de coletar os dados, os quais entre as coletas íamos conversando e pedindo a opinião da forma que poderiam ser as rotas e as abordagens nas entrevistas, para que estas trouxessem respostas verdadeiras.

Já a segunda coleta foi feita na época em que a pesca se encontrava fechada. Com abertura da Piracema<sup>3</sup>, muitas famílias da Comunidade 2 (Barra do São Lourenço) migram temporariamente para a cidade de Corumbá, a fim de resolver o Seguro defeso – Pescador artesanal<sup>4</sup>. Um outro evento também contribuiu com que as famílias estivessem na cidade. Na ocasião da coleta estava ocorrendo a audiência pública referente a ampliação da área de pesca para a Comunidade 2, o que fez também com que muitos moradores estivessem em Corumbá na ocasião. Assim parte das entrevistas foram feitas nesta cidade e as outras foram feitas na casa dos moradores na Barra do São Lourenço, como na primeira comunidade.

Na comunidade 2 ficamos alojados em Corumbá. Saímos para fazer as entrevistas nos bairros dos pescadores como foi contado no parágrafo acima, e para as famílias que entrevistamos no território utilizamos como ponto de apoio a base de pesquisa da organização ECOA – Ecologia em Ação.

Em campo, as entrevistas eram gravadas ou escritas, de acordo com a preferência do entrevistado. O local da entrevista era definido pelo morador (geralmente ocorriam no quintal das casas), é comum na comunidade receber as visitas na parte externa da casa com um café ou o tereré<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Piracema - Lei Estadual nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009 e na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. A piracema é um período natural de reprodução dos peixes de água doce, que ocorre em ciclos anuais no período de chuvas. O período de restrição de pesca serve para garantir ciclo de vida dos peixes e assegurar a renovação dos estoques pesqueiros para os anos seguintes. (BRASIL, 1998 e BRASIL, 2009).

<sup>4</sup> Seguro de Pesca - Benefício ao Pescador Artesanal durante o período em que fica impedido de pescar em razão da necessidade de preservação das espécies. Serviço que permite ao pescador profissional artesanal solicitar ao INSS o pagamento do benefício de Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal durante o período de defeso, ou seja, quando fica impedido de pescar em razão da necessidade de preservação das espécies (BRASIL, 2019).

<sup>5</sup> Tereré – Uma bebida gelada, muito tomada na região do Mato-Grosso e Mato-Grosso do Sul, feita com erva mate em que é arrumada em uma cuia com uma espécie de canudo, chamado de bomba.



**Figure 10-** Fotos da coleta de dados em Campo A) Entrevista no quintal da casa de um morador da Comunidade 1 B) Entrevista realizada no Porto de Corumbá com um dos moradores da Barra de São Lourenço C) Vista da casa de um dos entrevistados. Fonte: Autora, 2019.



### 3.5 - Análise dos Dados

Para analisar o bem-estar das comunidades foi decidido usar análise qualitativa em que pretendeu captar as informações de forma ampla, levando em conta a trajetória particular de cada família para assim depois compreender o bem-estar do grupo. Fizemos o uso do método analítico chamado de análise temática (AT). A AT permite identificar e analisar padrões em dados qualitativos (BRAUM; CLARKE, 2006). A AT trabalha os dados através de seis fases: familiarização com os dados, geração de códigos iniciais, buscando temas, definindo e nomeando os temas e produzindo os resultados (SOUZA, 2019).

Para a criação dos grupos temáticos, os dados foram divididos em quatro grupos levando em conta a literatura de bem-estar em que foi base para a criação das questões das entrevistas semiestruturada. Os resultados das entrevistas foram divididos em quatro grandes temas, afim de avaliar o impacto das Áreas Protegidas no Bem-Estar das Comunidades, sendo eles: **(1) Território e Modificações na Área de Uso - Liberdade, (2) Mudanças Residenciais – Segurança (3) Receio/Medo em Praticar Atividades – Saúde e Segurança e (4) Relação Comunidades e Atores do conflito – Relações Sociais.**



**Figure 11-** O Esquema acima apresenta como foram organizados os Grupos Temáticos para compreendermos os impactos das áreas protegidas no bem-estar das comunidades ribeirinhas pantaneiras, organização baseada no Guide of principle Woodhouse, 2015. Fonte: Autora, 2020.

## 4. RESULTADOS

### 4.1 - Território e Modificações na Área de Uso

#### *a. Importância dos locais de pesca dentro das reservas*

- Dados Comunidade 1:

Dentro da Fazenda Santa Tereza está localizada a Baía Vermelha. Ela foi citada em todas as entrevistas como área importante para a pesca e a coleta de isca. Outros locais também foram citados e variam de acordo com a localização geográfica dos moradores. A Baía Vermelha é a área mais utilizada para as atividades pesqueiras na Comunidade 1. Os Ribeirinhos afirmam que esta Baía é o melhor local para trabalhar, pois o recurso pesqueiro é garantido, ou seja, o investimento de tempo e financeiro é recompensado.

*Vivi e criei na pesca né? Pescava por aqui mesmo. Já pescava lá né? Lá é bom pra peixe, nunca peguei isca, mas pra pescar, e lá é garantido, tanto lá (Baía Vermelha) quanto aqui, da Clarice, aqui no Macaé né?*

*(e.g.entrevistada 27, Comunidade 1)*

*A minha região que eu pego mais é Baía Vermelha, tem outros lugares que a gente vai, mas não é bom como lá. Você vai gastar uma gasolina, lá garante.*

*(e.g.entrevistada 01, Comunidade 1)*

*Eu pesco aqui mesmo, no Paraguai Mirim mesmo. No Valério, Vinino, a gente pega Caranguejo e tuvira. Tem uma outra lá perto de casa que não sei o nome, aqui no juciára e no Romero também. Ali no Baía Vermelha. A gente costuma pescar ali, lá é bom pintado.*

*(e.g.entrevistada 18, Comunidade 1)*

- Dados Comunidade 2:

A Boca do Moquém é a área pesqueira mais utilizada pela Comunidade 2. Os moradores citam na entrevista que esta área é de extrema importância para a sobrevivência das famílias, pois assim como a Baía vermelha é para a Comunidade 1, a Boca do Moquém garante o pescado é garantido. Essa área também está localizada dentro das áreas protegidas.

*A gente pesca no moquém ali, que é em frente à casa ali. Ali sempre foi garantido ali.*

*(e.g.entrevistado 9, Comunidade 2)*

*Nós pescava no Moquém ali, meio escondido, que falava que era reserva. E na nossa área não tinha como trazer o peixe pra nossa família comer. Ai a gente tinha que dar uma ida lá pra trazer o pão de cada dia e comer. É onde tinha e eu não ia deixar o filho da gente perecer por causa de reserva. A gente ia lá, pescava e trazia.*

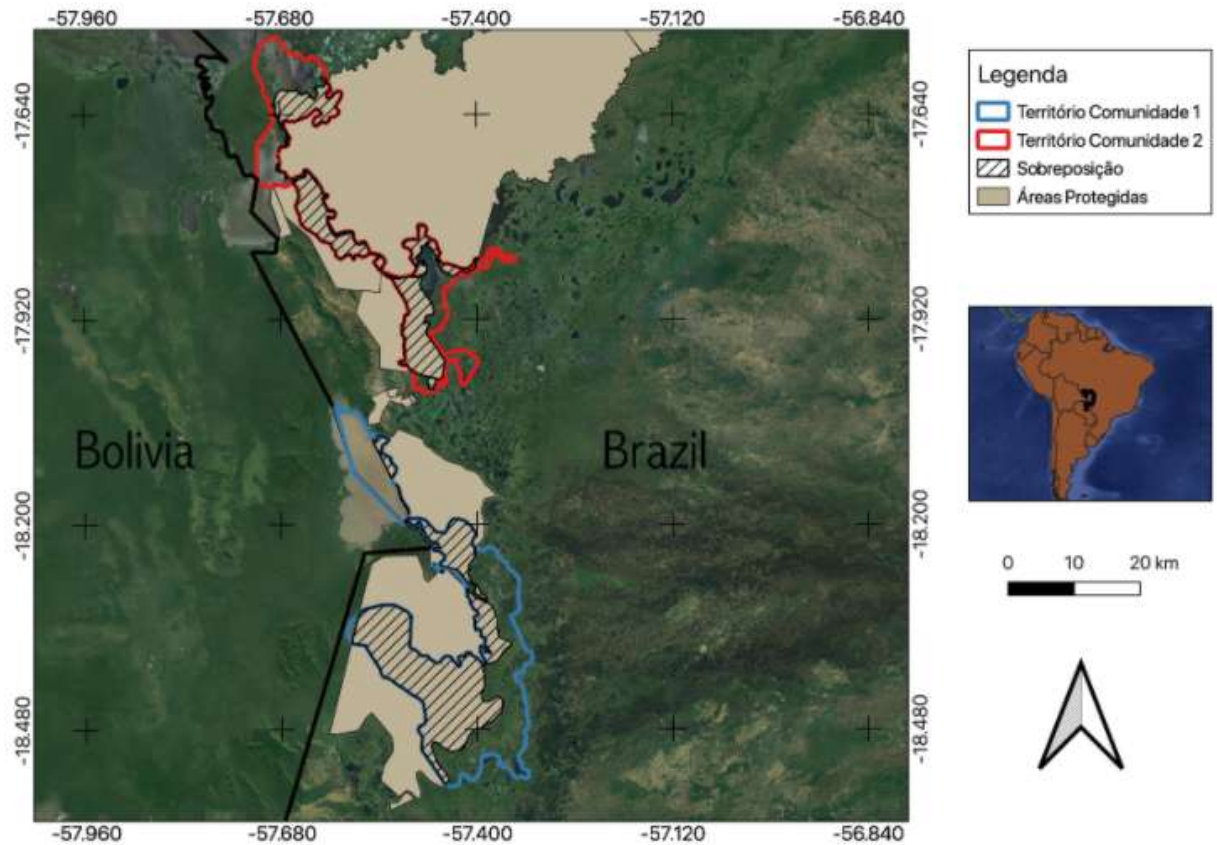
*(e.g.entrevistado 2, Comunidade 2)*

*Já teve muito peixe ali em cima na parte do Moquém...dali pra lá que é a reserva. Eles já invoca com o pessoal daqui pra num ir pescar lá. Dai nois ficava teimando, teimando, é bom pra peixe lá.*

*(e.g.entrevistado 7, Comunidade 2)*

A partir das áreas apontadas como locais de pesca, áreas de descanso, refúgios religiosos (como cemitérios) entre outros fatores, foi delimitado o território de cada comunidade. No entanto, tanto o território comunidade 1 quanto o da comunidade 2 estão sobrepostos com as Áreas Protegidas.

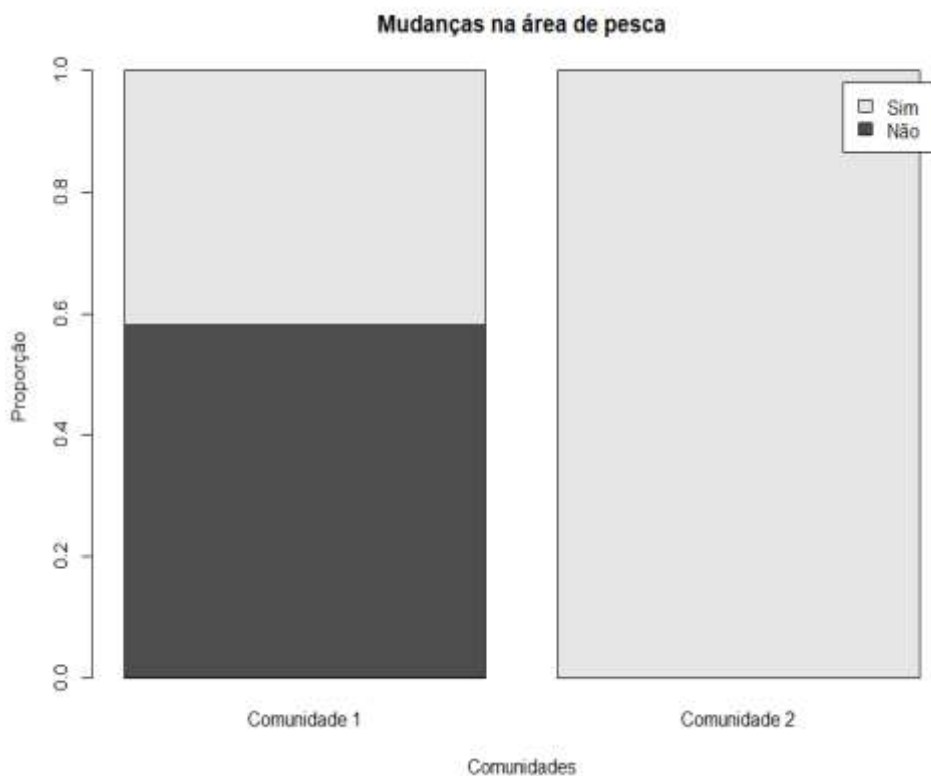
Na comunidade 1 (Paraguai-Mirim / São Francisco) o território tem uma área de 57,995.13 hectares, sendo que 18,594.36 hectares estão dentro das Áreas Protegidas, ou seja, 32.06% do território. No caso da comunidade 2 (Barra do São Lourenço), o território tem uma área de 35,652.29 hectares, sendo que 30,662.85 hectares estão dentro de Áreas Protegidas. Ou seja, 86% do território da comunidade.



**Figure 12-** O contorno azul indica o território da Comunidade 1. Já o contorno vermelho temos a limitação do território da Comunidade 2. A área listrada mostra o quanto as Áreas Protegidas (de cinza) estão inseridas no território das comunidades.

***b. As áreas de pesca e coleta de isca diminuíram ou alteraram de alguma maneira o seu uso com a chegada das áreas protegidas?***

Nas duas comunidades ocorreram falas de pessoas em que mudaram o seu local de pesca após as chegadas das áreas preservadas, sendo consenso na Comunidade 2.



**Figure 13-** O gráfico acima apresenta a proporção de família que foram impactadas o acesso e uso dos locais de pesca.

- Dados Comunidade 1:

Na comunidade 1 existe uma certa confusão se é permitido o uso de locais de pesca dentro da reserva. Encontramos três tipos de fala referente ao uso da área da reserva: as que dizem que a implementação da reserva não interferiu no acesso nas áreas de pesca e coleta de isca (45%); as que afirmam que não podem usar as áreas para a atividade (42%); e, as que contam que antes não podia, mas depois foi liberado com o intermédio de uma organização local (13%).

*De Isca não piorou nada, a gente pesca e pega isca normal. Ela não proíbe a gente de ir de nada né? Ela fez uma reunião que dizia que a gente podia entrar aí. Não quer que queime, roce, tirar madeira. Acampar também não pode acampar né? Tem que ir e voltar no mesmo dia.*

(e.g.entrevistada 34, Comunidade 1)

*Tem vez que eles vão falar com a pessoa né? Então a gente não vai, fica chato né? É grande (área da reserva), é o nosso toda vida, o nosso viver de pegar isca ai né? Aí veio essa Sra. e comprou ai. Acabo nossa área de pesca, nossa área de pegar isca, porque a gente só pode pegar no Rio. A gente entrava naquele lugar lá pra pegar o peixe e hoje em dia já não pode.*

(e.g.entrevistada 06, Comunidade 1)

*A gente sabe que é reserva, mas não estamos prejudicando em nada ai, não estamos mexendo em nada aí. Ai falamos pra Graciliano, ele fez uma reunião ai, ai ele liberou. O pessoal da Ecoa ajudou muito a gente. Graças a Deus conseguimos trabalhar. A gente foi tocado várias vezes de lá, pessoal da florestal vinha e mandava a gente sair, quantas vezes meu esposo, chegou até ser ameaçado por causa da Clarice. Não podia nada. A Clarisse via, mandava e a gente saía que nem um cachorro. Nós éramos considerados aqui que nem um cachorro.*

(e.g.entrevistada 28, Comunidade 1)

- Dados Comunidade 2:

É unânime na Comunidade 2 que as áreas de pescas foram alteradas com a criação das áreas protegidas no Pantanal. A Comunidade da Barra do São Lourenço possui um Parque e quatro Reservas Particulares (RPPN) em seu entorno. Por mais

que as Reservas Particulares possuem uma lei menos rígida referente ao seu uso quando comparado ao Parque<sup>6</sup>, ocorreu redução na área de pesca.

*Num teve como né, por causa da área da reserva que vem prensando nós. Ai não podia pescar em tal lugar. Ai ia coletar isca, ta mais difícil né?"*

*(e.g. entrevistados 1, Comunidade 2)*

*Antes do Parque podia pescar, tudo, não tinha problema nenhum, ai depois que construiu a reserva não deu mais. Proibiram.*

*(e.g. entrevistado 4, Comunidade 2)*

*Aaaa mudou, porque tem umas áreas que a gente não pode ir né? Não pode pescar, não pode coletar isca, ficou difícil, de um lado RPPN e do outro lado é reserva do Parque Nacional né? Que é governamental né? Então ficou bem difícil, de 81 para cá a coisa ficou bem difícil.*

*(e.g. entrevistado 12, Comunidade 2)*

Devido histórico de implementação conflituoso e por algumas áreas serem compartilhadas com a Zona de Amortecimento do Parque, os moradores estão sujeitos a seguirem normas e restrições específicas. Em algumas áreas apenas é permitida a pesca de subsistências. A implementação do Parque e das Reservas Particulares, segundo os Ribeirinhos, fez com que a comunidade precisasse ir mais longe para poder pescar e coletar isca de forma legal. Mesmo assim para alguns vale a pena se arriscar pescando em áreas proibidas.

---

<sup>6</sup> RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) é uma categoria de unidade de conservação **criada** por proprietários rurais, em que transformam suas propriedades em uma área conservada, sem desapropriação de terra. Esta categoria se encaixa dentro de Áreas de Uso Sustentável, em que permite o proprietário fazer o uso econômico da propriedade, mas só que de forma sustentável.

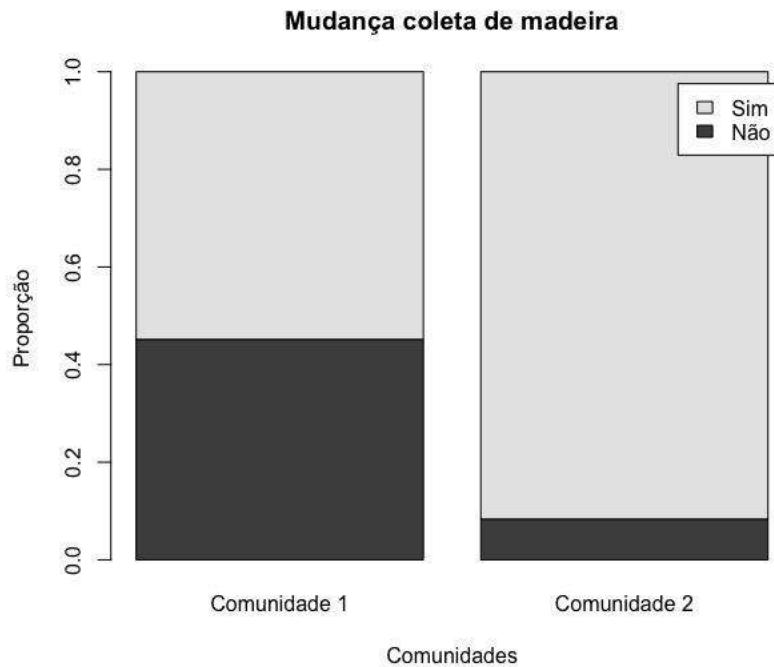


*Então, quando, antes de ter o parque né, a gente tinha liberdade pra pescar em todas essas áreas aqui né. Era desde o Taquaralzinho, na...em todas essas áreas aqui, né? Depois do surgimento do parque, aí limitou algumas áreas né? E as reservas, o que ela prejudicou, assim, depois que elas chegaram? As RPPNs né. Aaaa, prejudicou muito grande né? Porque assim, eles num fizeram um estudo adequado, né? Pra poder criar essas RPPN) aí. E quem sofre com essas mudanças são a comunidade, né? Porque limita o lugar de coletar isca, de pescar, né. Aí dificulta pra comunidade.*

*Então, porque antes. Quando foi criado o parque, a gente só não podia pescar 100 m perto da boca né? Mas a gente pescava perto do parque, perto da boca do burro, perto da boca da Bineguá. Aí se eu não me engano, acho que foi em 2007 -2005 ou 2007, alguma coisa assim-, criaram a zona de amortecimento. Só que essa zona de amortecimento num foi comunicado pra comunidade, nada. Ai a zona de amortecimento cercou a comunidade, ai já gerou um conflito né? Um certo conflito, assim. Porque assim, é uma lei e o chefe do parque tem que vim a cumprir. E a gente lutando pra essa área ser liberada. Quer dizer, a gente n tem nada contra o chefe do parque, mas ele tinha que cumprir a lei né? E a gente tinha q lutar pelo nosso direito, né. E a gente continua brigando e lutando.*

*(e.g.entrevistado 1, Comunidade 2)*

- c. As áreas de coleta de madeira diminuíram ou alteraram de alguma maneira o seu uso com a chegada das áreas protegidas?**



**Figure 14-** O gráfico acima apresenta a proporção de família que foram impactadas o acesso a coleta de madeira.

- Dados Comunidade 1:

Diferente da pesca, as regras de onde e como as comunidades acessam os recursos florestais estão mais claras. Sabe-se que não é permitido coletar madeira na reserva. De acordo com algumas falas a interferência no modo e no acesso aos locais para coletar madeira, foram restringidos por causa das leis ambientais.

*A gente compra a madeira. A lei é antiga, eu vejo falar isso ai né?*

*(e.g.entrevistada 11, Comunidade 1)*

*Coletação da madeira ficou difícil, é difícil né? Não é por causa da Clarice, é por causa da florestal que não pode ver você tirar madeira.*

*(e.g.entrevistada 24, Comunidade 1)*

*Pra mim não mudou nada com a reserva, só que cada vez está mais difícil. Não pode ir no mato pegar uma madeira, fazer uma canoa, uma chalana que a gente precisa. Ficou mais difícil porque antes a gente ia no mato derrubava. Meu pai fazia canoa né? Ai derrubava os paus aí fazia canoa, chalana.*

*(e.g.entrevistada 30, Comunidade 1)*

Para outros, na comunidade 1 a área protegida impediu que eles coletassem na área. Estes também contam que dentro da área não pode cortar madeira, pois existe fiscalização dos funcionários contratados pela proprietária e da polícia ambiental. No passado os Ribeirinhos costumavam usar a área para coletar este tipo de recurso e hoje após a criação da área protegida, é proibido.

*Não pode nada. Cai a casa da gente e a gente num pode fazer nada. Até palha gente cortava palha pra fazer a nossa casa, a casa da gente era de palha, a gente ia lá no mato cortar, hoje em dia não pode cortar nem uma folhinha da palha. Madeira a gente não pode tirar do outro lado.*

*(e.g.entrevistada 21, Comunidade 1)*

*Eu compro, madeira velha se a turma vende se compra, é difícil pra tirar madeira agora. E pros lados de lá nem adianta pensar em cortar. Porque a Clarisse implica.*

*(e.g.entrevistado 10, Comunidade 1)*

*Na reserva nunca fomos pegar essas coisas, nunca chegamos de ir. A gente tira mais o Cambará né? Mas é meio escondido porque não pode tirar assim. Aqueles secos que morrem com a água é o que eu mais tiro. E do lado de dona Clarice não se pode tirar nenhuma madeira. Se ela*

*tirar uma madeira ela manda você plantar. Do lado que é dela não pode mexer."*

*(e.g.entrevistado 28, Comunidade 1)*

Quando falamos de obter madeira com relação a área protegida, é importante ressaltar que com a criação destas leis a lei ambiental, fez com que o custo de vida do Ribeirinho ficasse mais alto. A dificuldade de adquirir a madeira, assim como a maioria dos itens básicos que fazem parte do cotidiano das comunidades ribeirinhas contribuem com o impacto negativo na qualidade de vida<sup>7</sup>.

Para um morador ribeirinho conseguir adquirir legalmente a madeira, existem uma série de exigências jurídicas que dificultam o acesso ao recurso no local. O morador precisa ter condições financeiras e acesso à informação dos processos que precisa ser feito para a retirada legal de madeira. Dentro das Unidades de Conservação regularizadas pelo Sistema Nacional de uso integral, fica ainda mais longe essa possibilidade de poder usar a madeira. Alterando o coletar para o comprar.

*Fica mais caro, pra gente tirar uma madeira tem que tirar seca e ir lá pra ambiental para registrar e comprar uma motosserra, pra poder tirar e onde a gente vai ter dinheiro para comprar a motosserra? Tirar licença? Ai né? Hoje sai mais barato comprar do morim e fazer, do que mexer com tudo isso ai, ai pra tirar uma madeira tem que pedir pro fazendeiro, da trabalho demais então não vira mais não, tirar assim não dá.*

*(e.g.entrevistado 5, Comunidade 1)*

---

<sup>7</sup> Itens cotidianos como gás, gasolina, alimentos não perecíveis, itens para moradia, objetos recorrentes no uso da pesca, entre outros itens que são usados nas atividades que as comunidades exercem, costumam ser muito caros pois dependem que venham de Corumbá, e no caso da madeira, dependem também dos fazendeiros que vivem próximos às comunidades.

*A gente paga as pessoas pra tirar pra gente. Quem não tem a licença da motosserra tem que tirar escondido né? Da gente tirar escondido as madeiras, pra tirar tábua pra casa para uso nosso. É muito caro.*

*(e.g.entrevistada 30, Comunidade 1)*

*Não tem condição menina, ai vc vai comprar e você vai ver, coloca no bico da caneta, é um horror o preço. Ai fora a passagem que você tem que pagar de lá pra cá. O frete, deus que me perdoa você sair daqui pra lá já é um horror. Você gasta ra descer, gasta pra comprar, gasta pra voltar de novo. A freiteira<sup>8</sup> cobra 80,00 de criança. Até mala seu é cobrado. Se vocês não acredita pega uma pra vocês ver.*

*(e.g.entrevistada 19, Comunidade 1)*

*"Era melhor sem reserva, minhas meninas nunca conheceram uma canoa do pau só<sup>9</sup>."*

*(e.g.entrevistado 25, Comunidade 1)*

*"Antigamente era melhor porque a gente tirava madeira, ninguém empombaba, ninguém falava nada. Fazia casa e pronto. Barreava, botava barro nele. Uma casa segura era.*

*(e.g.entrevistada 29, Comunidade 1)*

---

<sup>8</sup> Freiteira – A Freiteira é um barco grande que serve como transporte para a população e para a carga que é transportada no Rio Paraguai. Bastante utilizada para se locomover até a cidade de Corumbá ou trazer pedidos para os moradores e fazendas da região.

<sup>9</sup> Canoa de um Pau é uma espécie de barco artesanal, feito pelas comunidades ribeirinhas. Uma atividade tradicional, em que através do uso de um exemplar de árvore (geralmente eram feitas do Cambará), os artesãos esculpam a madeira para fazer a canoa.

*Antigamente fazia casa de “paia”, onde era a reserva, porque é mais fresco. Lá na reserva não tem ninguém cuidando. Pra pegar madeira só pode pegar a seca se não a ambiental vem.*

*(e.g.entrevistados 20, Comunidade 1)*

- Dados Comunidade 2:

Na Comunidade 2 (Barra do São Lourenço) ocorreu a associação de que as reservas limitam a coleta de madeira. A madeira é um recurso chave, para atividades culturais e cotidianas da comunidade.

A madeira é o principal recurso para a construção das casas. Algumas famílias ainda preservam o costume de construir suas casas com a técnica de pal-a-pique. A base é feita madeira e barro e o teto é coberto por palha.

*Ai ficou difícil (referente as madeiras), porque não pode tirar uma madeira pra fazer uma casa. Não pode tira uma palha pra cobrir a casa. Palha de Acuri<sup>10</sup>. Aí ficou difícil. Uma coisa que podia e a gente fazia e hoje não pode. Não tira uma madeira pra fazer uma casa, coisa que antigamente não A existia, aí a gente vivia com tranquilidade, não tinha atrapiação nenhuma.*

*(e.g.entrevistado 6, Comunidade 2)*

*Tá bem cabuloso, né? Porque num pode cortar nada, né? Aliás, até meu pai, como num gosta de casa de eternit, gosta de palha, até pra cortar uma palha, tem q vir aqui, fazer um punhado das coisa, pra ir cortar palha.*

*(e.g.entrevistado 9, Comunidade 2)*

---

<sup>10</sup> Acuri é uma espécie de Palmeira, bastante comum na região Pantaneira.

Independente da técnica utilizada, as casas por serem de madeira precisam de manutenção recorrente. Na época da cheia, parte da casa fica em contato com a água. Obter madeira de forma legal para a sua manutenção é uma dificuldade recorrente na comunidade 2. Para o dia-a-dia, os Ribeirinhos necessitam do recurso para a manutenção da casa e dos barcos. Foram retratadas as dificuldades que as reservas trouxeram para as famílias Ribeirinhas para acessar o recurso. Estas dificuldades que foram potencializadas com o estreitamento da lei ambiental

*Dificultou porque ali se precisar tirar uma madeira ali precisa tirar escondido. Porque a gente não podia tirar, se tirasse, multava. E usa bastante, na casa, no barco, aí ficou difícil. Ai tirar a madeira de dia era um risco né? Aí a gente tirava a madeira de dia e ia busca a noite né? Pra turma não ver.*

*(e.g.entrevistado 3, Comunidade 2)*

*É essa lei ai também saiu e nois podemo cortar madeira só seca e já caída. A verde nois num podemo corta. É mais fácil comprar. Pq se for um pé de árvore verde sendo dos lado da reserva já vem complicação pra nois.*

*(e.g.entrevistado 3, Comunidade 2)*

A desconfiança e a falta de relação das reservas com as comunidades, faz com que o conflito seja potencializado, e que eles se sintam fiscalizados o tempo todo.

*Desde o começo, puuuuts, ele invoca, invoca memo não quer que palhe em lugar nenhum, não quer que corte pé de árvore, mas a gente não vai cortar pé de árvore, quando eu encosto o barco assim, eu só quero amarrar no pé de árvore e permanecer ali.*

*(e.g.entrevistado 3, Comunidade 2)*

*Agora não pode, tem gente que fiscaliza, pra nós disse que só pode cortar se for uma madeira seca, verde você não pode derrubar, só se for seca já no chão. Ai você tira foto, tem que mostrar como ela está deitada, mas se você tirar madeira verde, ai roda, não tem jeito. É complicado.*

*(e.g.entrevistado 13, Comunidade 2)*

A criação das áreas protegidas e a burocratização da lei ambiental não só reduziu a área que é permitida coletar madeira, como também trouxe impacto financeiro. Dentro das Unidades de Conservação regularizadas pelo Sistema Nacional de Uso Integral, fica ainda mais longe essa possibilidade de poder usar a madeira. Alterando o coletar para o comprar na cidade, em que eleva bastante o custo por morarem em regiões isoladas.

*Aí quando a gente precisa dar um retoque a gente manda pedir na cidade, quando arruma um dinheiro né? Que não é barato, ai a gente manda 100, 50, pouco a pouco."*

*(e.g.entrevistado 11, Comunidade 2)*

A comunidade 2 entrou com uma ação junto de uma organização não-governamental da região para que concedesse madeira para as reformas das casas. A obtenção legal da madeira para suprir as necessidades das comunidades chegou a um ponto se tornou inacessível, em que precisaram pedir judicialmente para conseguissem suprir de forma paliativa.

*Então, tortamente nós deve graças a deus a organização ambiental que eles conseguiram as madeira que eles doaram pra lá. Não sei se a senhora está sabendo. Doaram essas madeira que fizemo a nossa casa.*

*(e.g.entrevistado 11, Comunidade 2)*



*A madeira, aí teve uma coisa aí sobre a madeira, depois que teve uma reunião. Aí que foi concedido que a gente pode tirar uma madeira para construir uma casa. Uma madeira morta né? Tem um certo limite pra tirar, palha pode tirar. Aí que foi concedido esse tipo de coisa.. Mas antes foi bem difícil. A gente já não cortava a mata verde né? Sempre passa fogo, aí morre né? Com o tempo a madeira fica só o cerne né? Então é esse que adianta capturar pra fazer as casas, porque as nossas casas, na vila era só de palha né?*

*(e.g. entrevistado 3, Comunidade 2)*

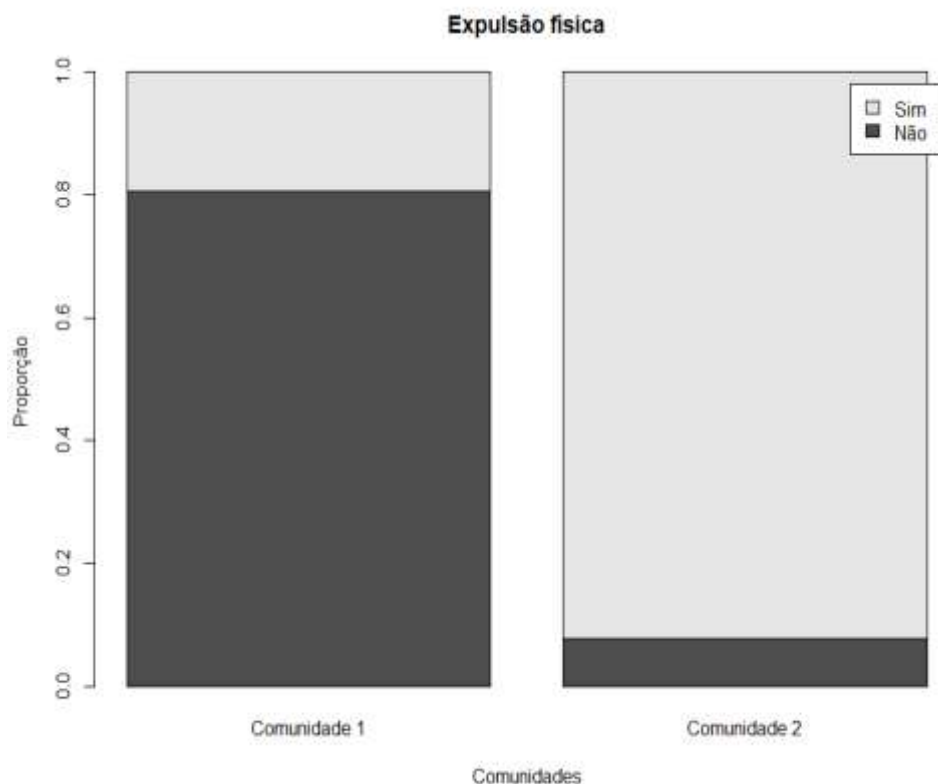
## 4.2 - Mudanças Residenciais

### Pessoas tiveram que se mudar por causa da reserva?

Em ambas as Comunidades foram relatados casos de famílias Ribeirinhas que tiveram que se mudar, mas a forma de como ocorreu essa mudança de territórios foram bem diferentes. Na comunidade dois quase toda a comunidade sofreu expulsão com a chegada das áreas protegidas.



**Figure 15-** Mapa de Expulsão física das comunidades 2 e 1 respectivamente. Podemos ver que o processo de expulsão foi predominante na Comunidade 2.



**Figure 16-** O gráfico acima apresenta a proporção de pessoas que tiveram que se mudar após a implementação das reservas mostrando que na Comunidade quase toda a população foi expulsa.

- Dados Comunidade 1:

Na Comunidade 1, seis famílias contaram que tiveram que se mudar. A mudança é contada por duas gerações de duas famílias (em que o grau de parentesco são pais e filhos). Em ambas as famílias a proprietária das terras fez uma oferta de comprar as terras em que estas viviam. Uma das famílias no ato da criação se mudou, mas mesmo sendo paga para se mudar, a mudança impactou negativamente suas vidas. Pode-se dizer que ocorreu uma expulsão de uma forma mais “polida” em que houve um ressarcimento e que aceitaram mesmo preferindo manter o lugar que moravam, já que não tinham posse da terra:

*Já faz muito tempo que a Clarice comprou, uns 12 anos, meu pai morava pro lado de lá. Aí depois que comprou ele teve que desocupar. Foi ruim porque ele criava os gados lá.*

*Ela só comprou os gadinhos deles. Se caso ela comprarem a terra e pagar o valor que vale, aí tudo bem. Mas sair assim às pressas, fica difícil.*

(e.g.entrevistado 15, Comunidade 1)

*Nós morávamos lá também, na época eu era bem novinha tinha uns 19 anos. Ai meu pai teve que sair de lá, pra vir pra cá, acompanhamos ele. Lá era bem melhor, porque nós plantávamos, tinha mandioca, milho e aqui não dá pra plantar, a gente só usou este pedacinho que a senhora está vendo. É bem pequena esta ilha.*

(e.g.entrevistado 18, Comunidade 1)

Na segunda família o conflito sobre a mudança foi maior, pois por alguns anos a chefe de família trabalhou na fazenda. Após algumas discordâncias sobre vender isca no porto da área preservada, a proprietária não concordou com a atividade e não quis mais que eles morassem na ilha. A família entrou com um processo contra a proprietária, que através de um acordo judicial e pagamento pela propriedade em que moravam se mudou da área da reserva.

*Ela comprou a terra e aí ela já foi comprando, por exemplo lá no Morador lá, ela comprou a casa dele, as plantinhas que ele tinha, o gadinho e a criação dos gadinhos que ele tinha. Até uma capivara que criava ela comprou. Aqui foi a mesma coisa, pediu para eu desocupar, depois de dois anos porque até então eu cozinhava para ela, ai depois de dois anos ela pediu para desocupar. Porque eu mexia com Isca. E ela não queria que eu vendesse isca lá na terra dela. Não me proibiu de pegar isca, mas de vender isca ali no porto. E eu morava ali e era ali que eu tinha que vender. Então daí ela mandou eu sair de lá, me deu um acerto, aí a federal não concordou*

*com este acerto. E eu contei para Doutor que é da Chico Mendes, daí ele levou para Brasília e de lá veio o outro Doutor fazer estas perguntas, contei a história pra ele, e veio outra mulher, contei a mesma história, veio outra e contei a mesma história. Que meu avô morou 48 anos ali. E meu registro estava que nasci nas terras, que minha mãe teve eu naquelas terras. E daí Doutor levantou a questão. Levou três anos, ai eu ganhei a questão. Só que depois tive que aceitar o acordo dela, por causa que ela falou que eu sabia que dinheiro para ela não era problema. Que eu tinha um monte de filhos que eu podia chorar a perda de um filho meu, por causa de uns hectares de terra. E daí de manhã veio o advogado, perguntou pra mim. Eu preferi aceitar o acordo.*

(e.g.entrevistada 18, Comunidade 1)

É importante ressaltar que quando citamos que pertencem às duas famílias é diferente dos núcleos familiares (cada entrevistado pertence a um núcleo familiar). Os filhos dos Ribeirinhos que eram os pontos focais no passado possuem hoje suas famílias.

- Dados Comunidade 2:

Na Comunidade 2 (Barra do São Lourenço), as expulsões foram violentas, e grande parte dos Ribeirinhos que hoje vivem na Barra foram vítimas de expulsão na implementação das Reservas, 77% dos entrevistados contaram que foram expulsos, e que não tiveram seus direitos preservados.

*Quando a Organização Ecotrópica comprou, a gente trabalhava na fazenda Acurizal. Mas eu tinha uma casa na beira do rio. Daí que fui pra fazenda Acurizal. Aí quando a Ecotrópica comprou, ele mandou todo mundo sair das casas. Inclusive nós saímos e teve família que também morava lá.*

*Era uma comunidade que morava ali na Barra. Teve família que saiu que não tinha nenhuma barraca para abrigar. Ficou embaixo de pé de pau com criança. Porque eles mandaram sair da área. E ai que vieram aqui pra Barra.*

(e.g.entrevistado 1, Comunidade 2)

*Nois entro num acordo, eu dei meu prazo pra desocupa, mas saímos no mesmo tempo, sem aproveitar nada, porque eles pegaram o Ribeirinho. Pegaram ele de pau lá que deixaram ele acabadinho, até inflô. Aí noi viemo e fiquemo no Bacurizal em 83.*

(e.g.entrevistada 16, Comunidade 2)

*Depois que compraram o Acurizal todo mundo foi expulso de uma hora pra outra. Botaram fogo na nossa casa, é, acabou com tudo. É de lá que viemo pra ali na Barra. Logo que criaram ali a reserva eles mandaram o povo tudo sair de lá. Ai pra turma não voltar lá, eles queimaram as casas. Esse é uma história que o povo pensa que é uma mentira, mas é uma realidade. Tá todo mundo de prova. Eu não era adulta, eu era bem menina. Mas olha eu lembro de tudo, quando foi mandada embora de uma hora pra outra, todo mundo foi mandado embora. Daí meu pai e minha mãe colocou nós em um barquinho pequenininho e viemos a remo, até ai que nós começamos limpar, pra fazer nossa casa, em uma época de chuvarada e mosquito, fevereiro, foi mês de janeiro, março, abril que nós terminamos de limpar. Quando chegamos lá não tinha mais nada, tudo queimado, acabou. Ali a gente não tinha uma lona pra fazer um barraco, era abaixo de chuva, mosquito.*

(e.g.entrevistado 3, Comunidade 2)

*A gente não morava na Barra, a gente morava abaixo do morro Itapuã. Aí, quando começou, veio esse negócio da Acurizal, teve um cara que foi lá e falou que tinha que mudar dali, porque a terra era deles e que num sei o que. Não deu tempo nem de desmanchar a casa e nem de pegar os negócio, isso eu lembro, eu era pequeno, mas eu lembro. E aí, saímos sem direito a nada e aí achei a ilha, da Barra, que era fazenda e aí o cara deu abrigo e como acabou a fazenda a comunidade juntou ali.*

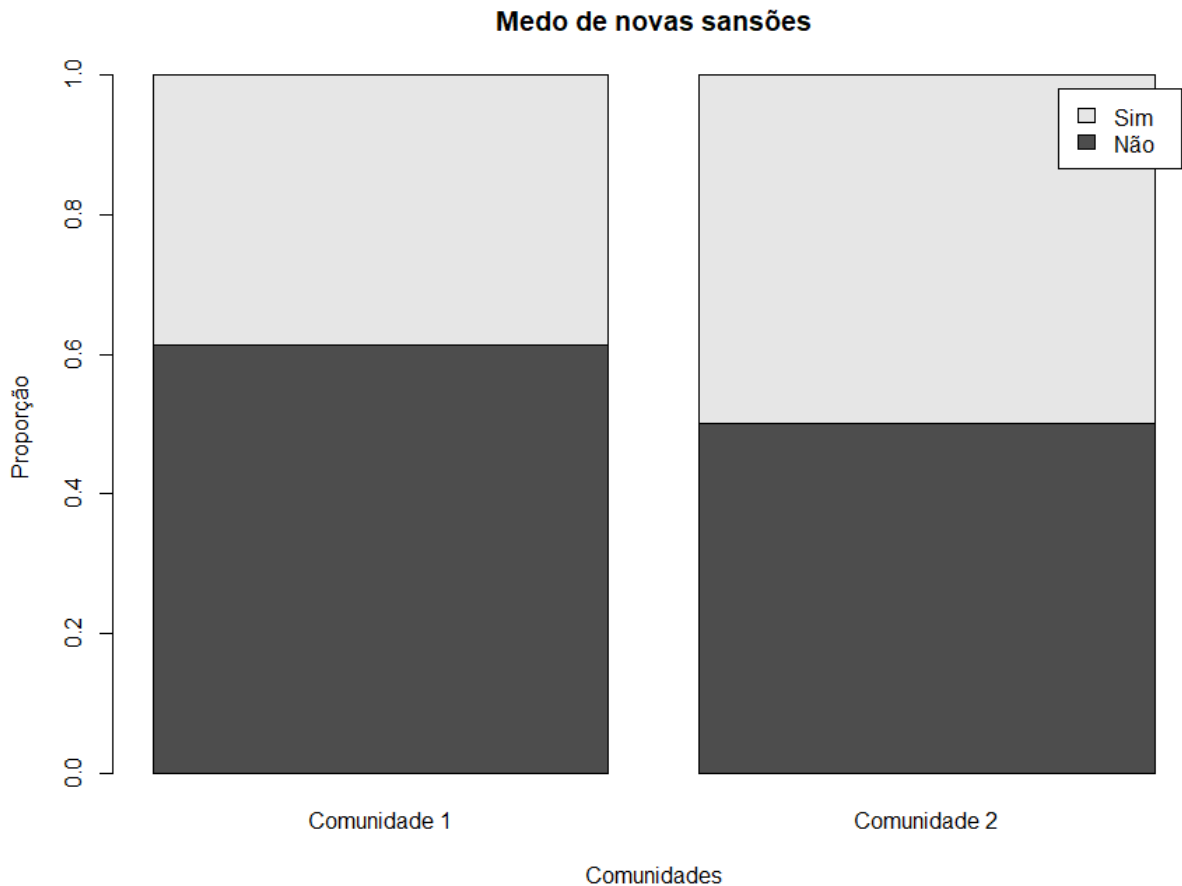
(e.g.entrevistado 9, Comunidade 2)

*Meus familiares moravam lá né? Eu morava com a minha mãe. Eles chegaram lá e fizeram esta barbaridade. Era o pessoal da IBDF, que passou para o Ibama e hoje em dia é o ICMBIO, mas é o mesmo órgão. Tiraram tudo, nós tivemos que vir em uma canoinha, você ouviu falar da canoinha de um pau só? Então, eu e meu irmão e minha tia que nós estávamos em uma canoinha, nós afundamos menina. No meio da Baía. Não deu para socorrer as galinhas, os cachorros, nada. Graças a Deus ficamos nós, porque a canoa era de camapisco, que é uma madeira que afunda. Ai menina foi muito difícil para nós.*

(e.g.entrevistada 12, Comunidade 2)

#### **4.3 - Receio/Medo em Praticar Atividades.**

As falas referentes ao medo se conectam com o uso do espaço e com a criação de novas áreas que limitassem mais ainda as suas atividades.



**Figure 17-** O gráfico acima apresenta a proporção de respostas das famílias que manifestaram alguma fala sobre medo ou receio de sofrerem novas sanções (encaixando falas sobre receio de criação de novas áreas, fiscalização, e liberdade do uso das áreas).

**a. Há algum sentimento de medo ou insegurança por causa das reservas?**

● Dados Comunidade 1:

Na Comunidade 1, como foi citado no item em que abordamos sobre a pesca, existe uma divisão presente nas falas, alguns afirmam que não podem pescar na área de reserva e outros afirmam que podem acessar. As falas que trazem relato de medo ou insegurança para acessar a área circulam nas falas dos que afirmam que não podem usar as áreas preservadas. A insegurança e o medo são ocasionados por causa da fiscalização feita principalmente pelos funcionários que cuidam da propriedade que é a área protegida.

*Na Baía Vermelha da medo, nós ficamos em grupo e um fica de alerta. O cuidador aparece para mandar embora, e a gente fala que não vamos fazer nada.*

*(e.g.entrevistado 25, Comunidade 1)*

*Eu não sei dizer se é ela ou se é quem trabalha lá. Eu não vou fazer mal nenhum, só vou pegar a minha isca e voltar, aí acabo discutindo com eles. Os funcionários falam que não pode, desde de antes da dona Clarice comprar, a gente já trabalhava pegando isca lá, mas eu não tenho outro meio, por isso luto, se tivesse outro meio eu até desistiria.*

*(e.g.entrevistada 1, Comunidade 1)*

*Olha já tiraram a gente, tiraram o meu filho, o funcionário aquele que trabalha lá no laranjeira. Aquela que tirava as pessoas. Uma vez a gente tava lá pegando isca, era em um barquinho do meu primo, a gente acampava dentro de um barraco. Ele tocou nós de lá... Nunca ninguém empombou nós porque a gente não mexe em nada, não corta um pé de árvore, nada. Só usa um pedacinho pra gente telar e ter lugar pra trabalhar. Ai lá não pode, sabia que ali era reserva? A gente sabe que é reserva, mas não estamos prejudicando em nada ai, não estamos mexendo em nada ai. Aí ele falou: - Pode sair daqui! A gente saiu. Aí atravessamos o lado do rio que não era reserva. Ele mandou sair mesmo, com voz alterada, bravo. Ai a gente não procurou mais.*

*(e.g.entrevistado 21, Comunidade 1)*

- Dados Comunidade 2:



O modo da implementação das Unidades de Conservação na Barra do São Lourenço por ter sido invasivo, traz falas fortes sobre como seus direitos foram afetados e interferiram nas vidas das comunidades. Falas que demonstram falta de espaço e de liberdade, que representam a pressão exercidas pelas Reservas Particulares e o Parque no seu próprio território são abordadas em diversas falas, palavras como “prensado” e “trancado” são utilizadas para descrever a pressão que ocorre no bem-estar das famílias da Barra do São Lourenço (Comunidade 2).

*Ai de lá pra cá só veio piorando né? As coisas, porque tem as áreas que a gente podia pescar, podia coisa né? E a gente ficou trancado né? Em um certo tempo não, mas ai criou essa lei e aí a gente não pode mais pescar a onde a gente pescava. Nem fazer nada. A mesma coisa o Acurizal. Onde a gente pescava, podia tirar uma madeira pra fazer uma casa, hoje não tira mais. Porque é área de Reserva.*

(e.g.entrevistado 1, Comunidade 2)

*Os antigos que pegaram desde o começo. Porque totalmente dentro da Reserva a gente não conhece. Eu porém não conheço. Ficou mais difícil a dificuldade do morador. A lei veio prensando nós ali, que ali.*

(e.g.entrevistado 2, Comunidade 2)

*Mudou muito, assim, porque o parque assim, não é assim um inimigo, né? Sempre é um apoio também, mas só que a reserva foi prensando muito a gente... ai como eu ouvia, meu pai e minha mãe, sempre falava que quando a reserva chegou, prensou muito eles lá, num tinha como trabalhar muito, entendeu? Como era antes...*

(e.g.entrevistado 9, Comunidade 2)

## ***b. Existem medos de criarem novas Áreas Protegidas?***

### Dados Comunidade 1:

Existe insegurança em relação a criação de novas reservas. Segundo os ribeirinhos, oito dos entrevistados, relatam que um fazendeiro da região pretende transformar parte da sua área em reserva. O medo dos moradores é exatamente sobre a limitação do local de pesca de uma área que é bastante usada na região por algumas famílias.

*Comigo eu penso assim se querem fazer uma reserva lá e não querem que a gente que mora aqui, Ribeirinho, o nosso sustento, o nosso meio é este, porque nós não pode fazer um desmatamento para fazer uma plantação, é proibido, então se a gente vive do peixe, a gente vive da isca, eles vão proibir e a gente depende daquela reserva, a gente vai viver do que?*

*(e.g.entrevistada 1, Comunidade 1)*

*Nessa área aqui, o único que está estranho pra nós, esse ano, é o Guimarães que quer proibir a área da boca do Cambará - Paraguai mirim. Ele fala que é corixo<sup>11</sup>, e não é corixo, isso eu não quero, quero o maior apoio das autoridade, que os outro tem tudo medo dele. Não vão na reunião, vai eu e minha filha. O Guimarães tem uma fazendinha aqui e ele quer proibir, que fechar. Colocou placa ali. Vamos ver, falei com a Capitania que me pegou pra eu mostrar onde é que é. Onde eu conheço eu mostrei, onde eu não conheço não vou mostrar. Tanto o Mirim até no Cervo,*

---

<sup>11</sup> Corixos são canais que ligam as Baías, lagoas, alagados e rios, que são formados em períodos de estiagem.

*são partes que a gente usa né? Só com Isca, porque pegador de Isca não vai estragar tudo. A gente sabe trabalhar né? Quantos anos a gente mora ai neste lugar? Nunca fizemo dano nenhum né? Só que está ainda em conversa de fechamento, mas só que, como lá no ministério público mesmo falou. Que este ano ele não pode, ele ganhando a questão ou não, este ano não pode fechar. Então está paralisado. Mas tem comentários que disse que ele vai conseguir fechar. Só quero que pelo menos nossa parte, olha pra nós né? Não tem que fechar aí não.*

*(e.g.entrevistada 17, Comunidade 1)*

*Diferente desse Guimarães ai. quer fechar o riozinho né, aí já uma prejudicação. Ele é rico, eu trabalhei na fazenda dele, mora lá no mutum. Lá pro fundão. Muito grande lá. A Clarice tem gado, um monte de coisa pra cá e não proibiu. Ninguém mexe nas coisas dela. Respeito né?*

*(e.g.entrevistada 19, Comunidade 1)*

#### Dados Comunidade 2:

No caso da Comunidade 2 não ocorreram falas de medo ou receio de criação de novas Áreas Protegidas. Este resultado se deve, provavelmente por causa do território já ser ocupado 86% com Áreas Protegidas. As falas ficam no entorno do impacto do uso e das restrições geradas, que são muitas.

#### ***Houve maior repreensão da comunidade comparado aos outros atores sociais?***

- Dados Comunidade 1:

A Comunidade 1 apresentou queixas sobre a imparcialidade da fiscalização, gerando um sentimento de que a culpa sempre recai nas Famílias Ribeirinhas. As falas questionam a falta de uma fiscalização justa e eficiente na região.

*É falta uma fiscalização mais rigorosa também né? Porque não é todos que respeitam a lei. Porque a maioria vê mais o pobre que o rico né? Já vi usar tarrafa que é proibida, levar peixe mais do que devia, de turismo (perguntei se eram os barcos de turismo). Nós se pegamos peixes fora de medida aqui, nós mora aqui nós pode comer. Mas eles não podiam pescar bastante peixe de medida pra fazer pescada na lancha. Certo não é, porque tem que te lei né? Ai levamos a culpa, falam que nós que estamos pegando, nós que estamos fazendo isso. Porque não existe cadeia pra rico né? Só para pobre né? Ontem um ministro tava falando lá em Brasília sobre isso “Pra rico não existe cadeia, mas pra pobre”.*

*(e.g.entrevistado 27, Comunidade 1)*

*Tudo é culpa do ribeirinho, fogo aqui, fogo lá, será que eles não vê quem que faz mal aqui? Nasci aqui, cresci aqui, têm algo mais bonito que o Pantanal verde?*

*(e.g.entrevistado 25, Comunidade 1)*

Outra injustiça abordada por uma entrevistada é o caso do uso de recurso madeireiro dentro própria Fazenda Santa Teresa. A proprietária pode acessar o recurso da região de forma legal por ter acesso a privilégios que os Ribeirinhos não possuem.

*Dali todo mundo liberou a área, ela comprou o lugar da pessoa, para fazer reserva. Mas fazer reserva? Uma pessoa que corta árvore toda vez, monta casa e desmonta casa cortando árvore, eu não concordo com isso. Mas falam que ela planta de novo, mas quanto tempo que essa árvore leva para crescer?*

*(e.g.entrevistada 36, Comunidade 1)*

- Dados Comunidade 2:

A críticas dos Ribeirinhos da comunidade 2 é sobre a imparcialidade da fiscalização. Os moradores sentem que para o turismo a fiscalização é menos rígida do que para a comunidade. É comum escutar nas entrevistas que os barcos turísticos e os turistas descumprem as leis, principalmente sobre o uso das áreas dentro da reserva para pescar. É importante ressaltar que as falas vêm acompanhadas da importância das Áreas Protegidas, notadas pela própria comunidade.

*A Reserva até melhorou mais os turistas não respeita né? Eles entram dentro da reserva, eles pescam. Sempre quando eles vêm ver eles corre né? Tem vez que eles ficam ai parado e a gente ve os botinhos pescando. É muito barquinho, se você sair você afunda. Ai é pior, porque o barquinho da gente é pequeno, pra eles que são grande motor quarentão.*

*(e.g.entrevistado 11, Comunidade 2)*

*Porque...Num sei como é a linguagem da turma fala, né? Mas é um berçário aí dentro, né? E se fosse liberado pra todo mundo, pra quantia de turista que tem ai.. Nois passaria fome, com certeza né.*

(e.g.entrevistado 14, Comunidade 2)

*A fiscalização que tem é só mais do Parque e do PMA. O pessoal do PMA fazem o serviço correto, mas tem várias coisa que não da pra ele fazer, porque tem milhares de gente que entra no Parque, e é onde o povo abusa desta parte. Vamos supor, ali vai uma rua, ai quando o PMA vai correr pra ver o que está acontecendo pra lá e o outro ta, até voltar já aconteceu. E tem várias coisas erradas que a gente vê fazendo, não são nós da comunidade, a gente ve o pessoal daqui de Corumbá que vai pra lá e faz. Os erros o pessoal joga tudo na comunidade. Eu acho que a corda sempre arrebenta do lado mais fraco.*

(e.g.entrevistado 13, Comunidade 2)

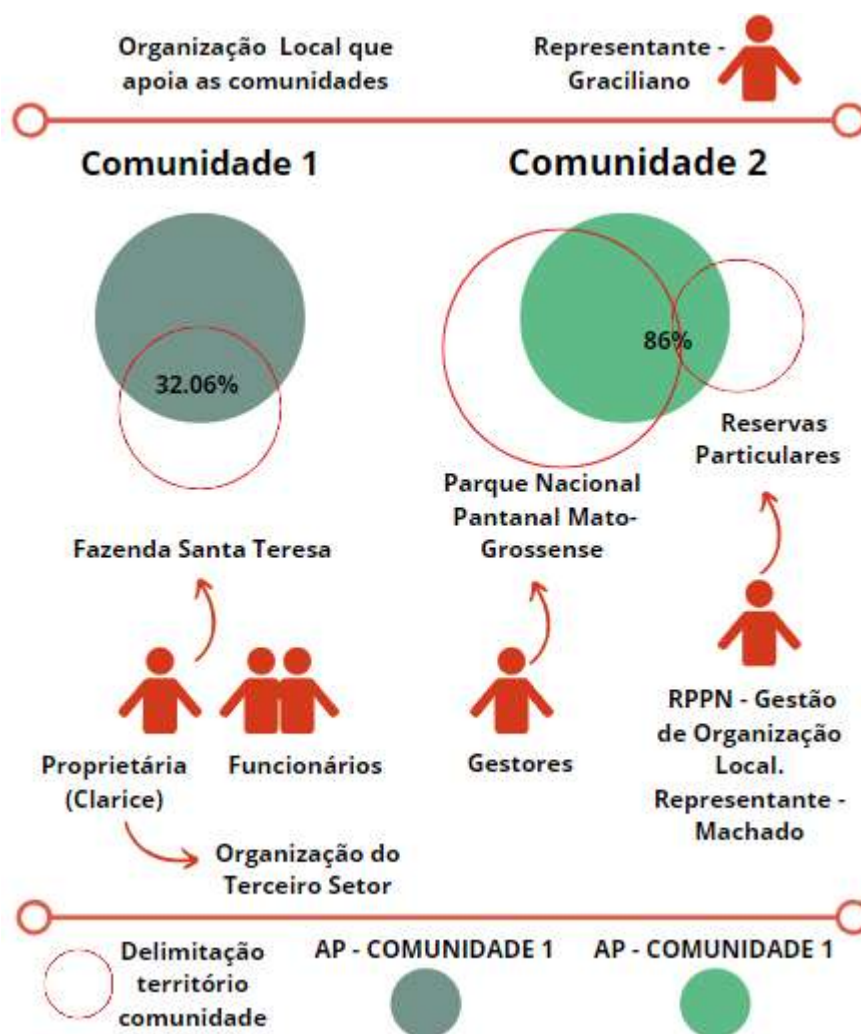
*E a turma do parque falava pra nós, bom se vocês estão pescando pra se alimentar. Aí era o que nós fazia, pescava lá com ele, trazia pra casa e a gente não voltava mais. Mas trabalhar pra comerciar não podia. E o barco turista ia. Pescava direto. Pra quem não precisa eles libera. Os cara passava direto, os turista ia e sumia reservão lá. E nós? Não podia.*

(e.g.entrevistado 2, Comunidade 2)

#### **4.4- Relação Comunidades e Atores do Conflito**

Os atores envolvidos no conflito com as Áreas Protegidas são: Três organizações não governamentais locais, uma que foi fundada pela proprietária da Fazenda Santa Tereza no entorno da comunidade 1, uma em que gere as Reservas Particulares no entorno da comunidade 2 e uma em que apoia as comunidades

Ribeirinhas na luta de seus direitos e reconhecimento. Fora as organizações não governamentais temos a gestão do Parque Nacional.



**Figure 18-** O esquema acima apresenta a dinâmica dos atores com o conflito em que as comunidades estão inseridas.

A imagem acima é um esquema em que apresenta as relações das comunidades com os atores do conflito. Na comunidade 1 (cinza) a Área Protegida chamada Fazenda Santa Tereza aparecem 2 atores, a proprietária que aqui chamamos de Clarice e os funcionários. Na comunidade 2 temos os gestores do parque em que chamaremos de “Gestores no texto”, já que a figura é mutável de acordo com o tempo, e para a gestão das RPPNs o ator que apareceu nas entrevistas renomeamos de

Machado. Em ambas as comunidades a falas sobre uma organização local (ECOIA) que renomeamos o seu representante por Graciliano.

**a. Qual é a relação das comunidades com os gestores/proprietários e seus representantes da Área Protegida?**

• Comunidade 1 (Relação com a Proprietária da Área Protegida):

A proprietária da Fazenda Santa Tereza que pela lei é uma área particular, ao implementá-la, segundo a própria Instituição que foi fundada pela mesma, conta que ao iniciar suas atividades levantaram alguns dados sobre as populações ribeirinhas. A partir deles criaram programas que beneficiassem a comunidade como a construção de uma escola e a implementação de oficinas de capacitação de artesanatos para a geração de renda (ACAIA, 2006). Também encontramos Ribeirinhos que foram contratados para trabalhar em suas terras onde é a reserva (relatos contados pelas entrevistas abaixo). Por mais que essas ações não estejam diretamente ligadas com a segurança de pescar nas áreas privadas preservadas, a presença destes projetos interfere no modo de como alguns moradores se sentem referente ao uso do espaço que é a reserva. Vendo a gestora/proprietária da reserva de forma positiva.

*O primeiro funcionário dali, o primeiro ela tirou porque ele impedia de entrar. Porque ele que falava que “ela não permitia que entrasse”, não é verdade né? Ai ela trocou de funcionário, porque com o outro pode entrar né? Só não entra quem não quer ai... Hoje eu mesmo falo que se eles (os netos) tivessem como estudar lá (na escola projeto da proprietária das reservas) eles estariam até agora. Foi bom, eles foram muito bem tratados, tinham tudo, nunca tiveram uma queixa, quando ficava doente levava pra cidade. Tratam bem até hoje. Se eles chegarem lá eles abraçam, levam a gente lá pra dentro, oferecem as coisas. Agora eu nunca*



*conheci a Clarice. Só ouço falar dela mas nunca vi ela. Mas o pessoal dela é excelente.*

*(e.g.entrevistado 27, Comunidade 1)*

*E a Clarice não proibiu nada não, é uma pessoa excelente, gente boa ela. Ela conhece a pobreza né? Ela vê a situação do pobre.*

*(e.g.entrevistado 19, Comunidade 1)*

- Comunidade 2 (Relação com os gestores Parque Nacional):

Os gestores do parque são vistos de duas formas pela comunidade 2. A primeira é que o Parque é capaz de apoiar as famílias em situação de emergência.

*Não, pra mim memo, num tenho queixa dela. Até ela tava com com gasolina. Ai cheguei falei, puxa, essa menina tinha caído. Então, por duas vez eles me socorreu na hora que precisei, me socorreu, ajudou. Então, uma coisa quee... Uma coisa que a gente num vai fala é que ele é ruim.*

*(e.g.entrevistada 16, Comunidade 2)*

*É legal, o pessoal do parque são legais com nós. Nunca desfizeram de nós, sempre ta junto de nós, quando nós precisar eles estão ajudando*

*(e.g.entrevistados 11, Comunidade 2)*

Já a segunda seria que os gestores fiscalizam e se colocam no papel de permitir ou não usar parte das reservas, nas falas os Ribeirinhos da Comunidade 2 que o Parque permite pescar em seu território para subsistência.

*E a turma do parque falava pra nós, bom se vocês estão pescando pra se alimentar, nós já debatemo com ele lá.nossa área não tinha o peixe. Ele falou “tudo bem, se vocês estão pescando pra subsistência, pega dois três, quatro peixes e vai embora. Ai era o que nós fazia, pescava lá com ele, trazia pra casa e a gente não voltava mais.*

*(e.g.entrevistado 2, Comunidade 2)*

*É bom né? Ai abre mais área pra coleta isca e pescar. Só falaram que não pode pescar né? Mas eles não mexe com nós não. Os gestores são tudo de boa. Eu pesco, eu pego Isca, faço artesanato com Aguapé.*

*e.g.entrevistado 8, Comunidade 2)*

- Comunidade 2 (Relação com as RPPNS):

As Reservas Particulares são geridas pelo Instituto Homem Pantaneiro. E assim como ocorre na Fazenda Santa Tereza, há uma personificação da instituição em uma pessoa, em que nomeamos aqui como Machado. A comunidade 2 afirma que não existe comunicação com o gestor das Reservas Particulares, em que ocorre de forma apreensiva e muitas vezes repreensiva:

*O Machado? Eles às vezes invoca com nois, né, por causa de pescar ali pro Moquéim, ali pro refúgio, do antigo refúgio pra baixo, sempre ele invocava, né.*

*(e.g.entrevistado 10, Comunidade 2)*

*O Machado nunca conversou com nós lá. Passa reto, nunca foi na nossa área conversar com nós. Passa ali direto, ali de dourado vai direto pro bacurizal, do bacurizal vai pra*

*Dourado ele vem embora. Ele nunca procura a comunidade pra conversar.*

*(e.g.entrevistado 2, Comunidade 2)*

***b. Qual é a relação das comunidades com a organização local que apoia as comunidades (ECOIA)?***

• Comunidade 1:

A ECOIA – Ecologia em Ação, atua com projetos que prezam pelo direito das comunidades e conservação da biodiversidade. Ela também é personificada em um dos seus representantes, em que no trabalho chamamos de Graciliano. A figura do Graciliano é citada com frequência nas entrevistas. É uma imagem em que a comunidade conta como mediador dos conflitos e pela luta de seus direitos.

*O Graciliano sempre, da ECOIA, ele sempre tem o contato com a gente, em toda reunião que ele vinha, vinha esse pessoal dos povos das águas, das pessoas públicas também.*

*(e.g.entrevistado 17, Comunidade 1)*

*Ai falamos pra Graciliano, ele fez uma reunião ai, ai ele liberou. O pessoal da ecoa ajudou muito a gente. Graças a Deus conseguimos trabalhar.*

*(e.g.entrevistada 20, Comunidade 1)*

*Teve um tempo que não podia pegar palha, ai falei com o Graciliano e com o Doutor, vieram com a Florestal em casa. Olharam e falaram “Você pode tirar palha, pode tirar taquara, o que você quiser, pode tirar pra fazer sua casa. E qualquer coisa que a Clarice invoca com você a polícia vai pra ela. Ai que eu fiz tudinho, arrumei minha casa. Até hoje, nunca*

*mais. A Ecoa ajuda muito a gente. O Graciliano podia ser prefeito nosso.*

*(e.g.entrevistada 23, Comunidade 1)*

- Comunidade 2 (Audiência Pública):

Ao fim da coleta de dados, em Novembro de 2019, participamos de uma audiência pública sobre o conflito entre o Parque Nacional e as famílias que moram na comunidade 2. Vale lembrar que em 2003 após a publicação do plano de manejo do Parque Nacional, foi proibido o uso de recursos na Zona de Amortecimento o que abarcava uma grande área do território da comunidade. Em 2014, a ONG Ecoa acionou o Ministério Público Federal para que processasse o estado devido a proibição das áreas de pesca das comunidades.

Após dois anos de avaliação, o juiz decretou que o Parque deveria refazer o seu plano de manejo considerando as questões sociais locais. Seguidos mais três anos de elaboração, e pressionado por seguidas multas, os gestores do parque publicaram um novo plano de manejo no começo de 2019, que permitiu que as famílias da comunidade 2 pudessem utilizar algumas áreas da Zona de Amortecimento do Parque. Embora a área conquistada seja menor que o território estimado para a comunidade, o plano de manejo reconheceu as comunidades como tradicionais e permitiu a pesca e coleta de isca em diversas áreas antes proibidas. Durante a audiência pública pude entrevistar alguns dos comunitários da comunidade 2 e registrar as suas falas em relação a conquista. Todos os entrevistados apresentaram em suas falas sensação de alívio e felicidade pela conquista da comunidade, em que serão representadas pelas frases abaixo:

*Agora que tá bom pra gente em? Poder trabalhar tranquilo sem ficar correndo de ninguém, porque assim é difícil, né... porque se a gente ta pescando pra comer lá, vai ter que gastar uma gasolina pra vir de volta sem pegar um peixe. E agora que saiu isso dai pra gente vai ficar bom, vai melhorar, é, sente mais seguro. Mais tranquilo, né.*

*(e.g.entrevistado 1, Comunidade 2)*

*Ooo lutamos por muitos anos esse processo, graças a deus essa juíza abraçou esse caso nosso lá né? Deu ajuda, o pessoal do Graciliano, da ECOA. As pessoa que conviveu com nós desde o começo com a temporada lá. E ai foram ajudando nós. Explicando como mexia com esse tipo de coisa. Hoje em dia graças a deus, essas nossas áreas que é de sobrevivência, vai ficar como era antigamente*

*(e.g.entrevistado 2, Comunidade 2)*

*Mas lógico que a gente fica feliz né? A gente vive disso, quem não fica feliz né? Muita luta pra conseguir né?*

*(e.g.entrevistado 4, Comunidade 2)*

*Esse ai foi uma benção, estávamos sofrendo, ali onde a gente mora esse negócio de reserva deixou a gente no morro, enfim nde nós ia pra sobreviver? Todo lado que nós iamos é só reserva.*

*(e.g.entrevistado 3, Comunidade 2)*

## **5. DISCUSSÃO**

Através de uma avaliação que envolveu questões tanto quantitativas quanto qualitativas, buscou-se entender o impacto da criação das áreas protegidas nas comunidades ribeirinhas na Borda Oeste do Pantanal de maneira mais abrangente. Por um lado, utilizamos narrativas na busca de entender os saberes, culturas e histórias que cultivam espaços e tempos (MANFROI, 2019). E foi através das histórias que conseguimos ampliar nossa análise a partir de perguntas norteadoras. Ao mesmo tempo, a análise do bem-estar de forma quantitativa trouxe um importante quadro para

compreender como cada comunidade experienciou o impacto das áreas protegidas (LEISHER, 2013). Ao final, temos um quadro geral de como o as áreas protegidas impactaram o bem-estar das comunidades, destacando tanto a valorização da história de cada família que foi entrevistada como as diferenças entre elas.

De forma geral o bem-estar das duas comunidades tradicionais consideradas nestes estudos foram impactadas de forma negativa com a implementação de muitas áreas protegidas na Borda Oeste do Pantanal. E este conflito entre os atores vêm afetando diretamente o bem-estar de cada uma delas.

Primeiramente a demora para reconhecer estas comunidades como tradicionais pelo poder público, potencializa o conflito com a gestão das áreas protegidas criadas no Pantanal. Quando se discute sobre comunidades tradicionais em perspectiva antropológica e sociológica, o reconhecimento destas relaciona características locais, como: saberes, relações familiares e reprodução social (PIMENTEL, 2020). Diferente do que a perspectiva jurídica brasileira reconhece, fazendo o uso de uma abordagem mais geográfica do território e a materialidade das relações (PIMENTEL, 2020). O que, muitas vezes, acaba excluindo comunidades como a do Pantanal já que a sua territorialidade é dinâmica (CHIARAVALLOTI, 2019). Ainda, quando falamos sobre os povos tradicionais que possuem relação com os recursos pesqueiros como os ribeirinhos e pescadores, precisam lidar com outro conjunto de obstáculos para o reconhecimento formal de suas áreas de ocupação e uso, devido a questão territorial complexa, o território vai muito além do local de moradia, como também seções de um rio, de um lago que não contam com uma legislação que reconheça as especificidades desse tipo de apropriação (LITTLE, 2002).

A mudança de uso das áreas de pesca após a chegada das áreas foi significativa em ambas as comunidades. A questão dos serviços ecossistêmicos sociais, culturais e econômicos na pesca pantaneira são ditados pela dinâmica ecológica da região. Por exemplo, devido às constantes mudanças na disponibilidade e distribuição de recursos, as pessoas do mesmo assentamento tendem a não garantir áreas individuais de uso. Os Ribeirinhos sabem que a distribuição de recursos está mudando continuamente e que garantir uma área específica não garante uma renda a longo prazo. Em vez disso, a população local defende a ideia de que a planície de

inundação é um bem público e não deve ter limites, expressa por meio do compartilhamento constante de informações sobre pesca (CHIARAVALLOTI, 2017). No entanto, enquanto dentro dos grupos vemos um sistema de acesso aberto, entre os grupos vemos um regime clássico de propriedade comum (OSTROM, 2011). Isso constitui um paralelo claro com o paradoxo da posse da terra pastoril (FERNANDEZ-GIMENEZ, 2002): em que os pastores precisam de acesso seguro a pastagens e água, mas também flexibilidade no uso de recursos para lidar com mudanças inter e intra- anuais na disponibilidade de recursos locais. Fernandez-Gimenez (2002) aponta que, em princípio, alta imprevisibilidade exige altos níveis de mobilidade e reciprocidade. A combinação desses dois regimes pode ser caracterizada como um sistema de acesso aberto limitado, onde: "[...] a informação e o território são compartilhados livremente com membros de uma comunidade, mas não com aqueles de comunidades vizinhas, que estão ativamente excluídos" (CHIARAVALLOTI; DYBLE, 2019). Nesse sentido, a restrição imposta pelas áreas protegidas, mesmo que muitas vezes, longe das casas dos ribeirinhos ou que não são frequentemente utilizados, traz um impacto direto na vida e na sobrevivência dessas pessoas.

A negligência do estado e a forma em que as áreas protegidas foram concebidas não só influenciaram negativamente o uso do território da principal atividade econômica das comunidades ribeirinhas do Pantanal, como também as excluiu das tomadas de decisão, da discussão sobre os direitos das comunidades tradicionais da região (SIQUEIRA, 2019; CHIARAVALLOTI, 2019), impactando de forma-negativa o bem-estar das comunidades.

No Brasil este histórico de expulsão se repete em outras regiões, o Pantanal não é um fato isolado. No norte de Minas Gerais, na criação de sete unidades de conservação entre 1977-2000, afetou diretamente o bem-estar das comunidades quilombolas da região, onde teve inúmeras expulsões e influenciaram o modo de vida e do uso do território pela comunidade (ANAYA, 2018). Também podemos observar conflitos entre Áreas Protegidas e comunidades que impactaram negativamente a vida das pessoas em MENDES et al, 2014; ABIRACHED, 2011; CASTRO, 2017.

As comunidades estudadas, embora tenham ganho certo direito com a publicação do Plano de Manejo do PARNA Pantanal, ainda são excluídas das

decisões, o que condiciona que a relação gestor-comunidade-estado possua inúmeros desafios para manter seu modo de vida, através do apoio de iniciativas governamentais em busca de validar os seus direitos.

Os impactos gerados pela implementação das áreas protegidas são potencializados quando investigamos sobre o histórico de expulsão, ainda mais presente na Comunidade 2. Diferente do que diz FRANCO, 2013. Nossos dados apresentaram que o sentimento de exclusão das comunidades não foi fomentado por organizações locais. Este sentimento foi criado pelo histórico violento de como as Áreas Protegidas foram implementadas e de como estas comunidades foram impossibilitadas de continuar suas atividades de subsistência de forma segura. Houveram relatos bastantes violentos sobre a forma que estas áreas foram implementadas, que colocaram em risco a vida das famílias ribeirinhas e negligenciou todos os direitos humanos possíveis, para que as áreas recentemente transformadas em Reserva fossem “esvaziadas”. Relatos como destruição de moradia, expulsão forçada, ausência de diálogo e violência física e emocional, estiveram presentes nos relatos, afetando todas as áreas que compõem o bem-estar (liberdade, material, segurança, saúde e relações sociais).

A forma que a comunidade 2 sofreu expulsão, reforça a ausência do poder público em prol dos direitos destas comunidades, em que muitas famílias tiveram seu bem-estar privado em nome da conservação. O mal-estar causado pela expulsão, ainda afetará intrinsecamente estas comunidades por muitas gerações. Muitos dos entrevistados eram crianças quando as Unidades de Conservação foram implementadas, e a indignação pelo acontecido e a sensação de “assunto mal resolvido” vem se alongando e contribuindo com a má relação das áreas protegidas com as Comunidades.

Um segundo ponto do estudo se refere às diferentes experiências em relação ao impacto das áreas protegidas sofrido pelas comunidades, mesmo que compartilhem algumas variáveis em comum, como características de organização social e governança, um mesmo bioma, um mesmo modo de vida e a mesma bacia.

A primeira diferença é em relação ao status das áreas protegidas. Vale lembrar que a comunidade 1 sofreu impacto de uma área privada que não está regularizada



pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (mesmo que a área seja cuidada como uma área protegida), já a comunidade 2 foi pressionada pela criação de três unidades de conservação (RPPNs) e pela zona de amortecimento do Parque Nacional.

Essa diversidade de situações (em que se pode chamar de histórico) interferem na forma que são estabelecidos os relacionamentos destas comunidades com os gestores e com a área. Embora não tenha sido uma pergunta focal, essa questão apareceu transversalmente em todas as respostas. A gestão de uma UC é marcada pela presença de um “chefe”, em que ele é entendido como o gestor responsável pela organização (REZENDE, 2017). O resultado é que o gestor se torna uma figura centralizadora personificada pelas comunidades, principalmente nas reservas privadas. Tanto nas reservas privadas (RPPN) como na fazenda preservada, a personificação do gestor/proprietária da área é bastante presente. Devido a área ser particular, o gestor carrega a ideia de “dona” terras” e “de quem faz as regras” dentro da sua propriedade. No entanto, no primeiro caso a proprietária não seja uma pessoa presente fisicamente na região, e no segundo ela é gerida por uma Organização Não Governamental.

Esta visão do gestor como “dono” segue um modelo de gestão conservadora, na qual não ocorreu uma estratégia que inclui as comunidades de forma participativa nas tomadas de decisão, o que acabou contribuindo para consolidar a velha história em que para criar medidas de conservação, precisa ocorrer uma separação entre sociedade e natureza, o que contribui diretamente na evolução do conflito (IRVING, 2006).

Na prática, no entanto, com que cada “dono” gere a sua área é bastante distinta. Na comunidade 1 a gestão da área particular estabeleceu contato com através de trabalhos beneficentes (como contratações e construção de projetos comunitários na região). Na comunidade 2 a reserva particular é gerida por uma organização governamental que evita totalmente o contato.

Em ambas a população local não é vista como um ator que pode potencializar a conservação das áreas, e a sua participação ocorre de forma passiva, cuja informação e tomadas de decisões são divididas e a opinião da comunidade não é levada em conta (PÁDUA; CHIARAVALLOTI, 2017). Ou seja, a não regulação de como deve ser

gerida uma reserva privada pode levar a caminhos totalmente diferentes de impacto no bem estar das comunidades.

Um segundo ponto de destaque foi o recente ganho de território da comunidade 2 dentro da zona de amortecimento do Parque Nacional. Por ser um bem público de bem comum, há mais espaço para diálogo e negociações. É importante ressaltar que o Parque junto com as RPPNs causaram um enorme impacto na comunidade 2, maior até que na comunidade 1, no entanto, a sua característica de ser um bem público permitiu que o Ministério Público Federal entrasse com um processo contra o modelo de gestão. Assim, atualmente a comunidade 2 conseguiu um ganho de território que não seria possível considerando uma reserva ou uma fazenda privadas.

Esses resultados enfatizam a necessidade de se criar espaços de fala e ações para que a gestão seja participativa de fato e satisfazendo de forma equilibrada os interesses das comunidades (bem-estar) e da biodiversidade (KOTSAKIS, 2010). É preciso criar espaço para ser estabelecido uma relação ganha-a-ganha entre as partes (SALAFSKY, 2011), e que a presença destas áreas traga melhorias no bem-estar das comunidades.

## **6. CONCLUSÕES**

A exclusão enfrentada pelas comunidades as torna invisíveis, o que dificulta acesso às políticas públicas e ausência do reconhecimento de suas diferenças (SILVA, 2007). Para dar voz a estas comunidades, alguns pesquisadores, ONGs e projetos trabalham para que exista dentro da agenda ambiental do Pantanal a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável na confluência dos rios São Lourenço e Paraguai, na fronteira ocidental do Pantanal (TOMAS et al., 2019) para que as comunidades tenham os seus direitos validados.

O impacto negativo das Áreas Protegidas influenciaram o bem-estar das comunidades Ribeirinhas Pantaneiras, sendo mais intenso na Comunidade 1 devido a inúmeras famílias que foram expulsas no processo de criação, causado pela implementação de inúmeras áreas protegidas no seu território. Quando colocamos a discussão sobre a reivindicação de identidades étnicas dentro da discussão sobre

áreas protegidas, exige que tenhamos que abordar sobre deveres e direitos a cada um dos atores envolvidos, do ponto de vista das leis e políticas públicas nacionais, aumentando a interdisciplinaridade da pauta ambiental (CREADO et al., 2008), o que não ocorreu no histórico de criação das áreas protegidas. As diferenças nas causas do impacto do bem-estar das duas comunidades encontradas mostraram a importância de ver o conflito em menor escala, como foi feito neste estudo, em que dividiu a comunidade ribeirinha do Rio Paraguai em dois grupos. Essa diminuição na escala faz com que possa ser pensada políticas e resoluções de conflitos específicas para cada comunidade, podendo ser direcionadas e implementadas nas ações da gestão das Áreas.

É preciso que as áreas protegidas implementem uma gestão mais participativa para que o conflito seja amenizado ao longo do tempo. A falta de diálogo e as tomadas de decisão sem levar em conta o modo de vida dessas comunidades vem potencializando os problemas sociais da região. A questão da pesca e das áreas de uso seria um ponto importante para começar a construção de uma relação mais “amigável”, que resolveria grande parte do conflito que vem sendo alimentado há anos. O entendimento do bem-estar das comunidades dentro do conflito com as áreas protegidas é crucial para a manutenção e subsistência das comunidades, para que possa garantir a elas autonomia e liberdade de manejo de seus territórios (ANAYA; ESPÍRITO SANTO, 2018).

## 7. REFERÊNCIAS

- ABIRACHED, Carlos Felipe de Andrade. Ordenamento Territorial e Áreas Protegidas: conflitos entre instrumentos e direitos de populações tradicionais de Ubatuba-Paraty. 2011.
- ADAMS, William M.; HUTTON, Jon. People, parks and poverty: political ecology and biodiversity conservation. **Conservation and society**, v. 5, n. 2, p. 147-183, 2007.
- ALMEIDA, Maria Auxiliadora de; DA SILVA, Carolina Joana. As comunidades tradicionais pantaneiras Barra de São Lourenço e Amolar, pantanal, brasil. **História e Biodiversidade**, v. 1, n. 1, p. 19, 2011.
- ANAYA, Felisa C.; ESPÍRITO-SANTO, Mário M. Protected areas and territorial exclusion of traditional communities. **Ecology and Society**, v. 23, n. 1, 2018.
- ARRUDA, Rinaldo SV; DIEGUES, Antônio Carlos. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. **Brasília: Ministério do Meio Ambiente**, 2001.
- BERTASSONI, ALESANDRA et al. Scientific Note Paraguay River Environmental Monitoring by Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar, Pantanal, Brazil. **Pan-American Journal of Aquatic Sciences**, v. 7, n. 2, p. 77-84, 2012.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BOTTRILL, Madeleine C.; PRESSEY, Robert L. The effectiveness and evaluation of conservation planning. **Conservation letters**, v. 5, n. 6, p. 407-420, 2012.
- BORTOLOTTI, I. M. Aspectos históricos e sócio-econômicos da comunidade do Amolar, Corumbá – Pantanal – Sul – Mato – Grossense. Levantamento da Fauna, Flora e aspectos sócio- econômicos na região do Amolar no Pantanal Sul-Mato-Grossense / Ecoa, 95 p, 2005.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006

CASTRO, Rodrigo Ribeiro de et al. Expulsão por cansaço e resistências: etnografia das relações de poder no conflito territorial da Juréia (SP). 2017.

DA SILVA, C. J.; SILVA, J. A. F. No ritmo das águas do Pantanal. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo, 1995.

DE SOUSA MENDES, Jocicléa et al. Os grandes empreendimentos e as comunidades tradicionais: o caso da comunidade de Mundaú-Trairí, Ceará. *Revista Monografias Ambientais*, v. 13, n. 3, p. 3357-3365, 2014.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; BRUNO, Ana Carla dos Santos. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva<sup>1</sup>. **Ambiente & sociedade**, v. 17, n. 3, p. 115-134, 2014.

CARPENTER, Stephen R. et al. Millennium ecosystem assessment: research needs. 2006.

CHIARAVALLOTI, Rafael Morais. Local communities and conservation in the Pantanal wetland, Brazil. 2017. Tese de Doutorado. UCL (University College London).

CHIARAVALLOTI, R. M. Overfishing or Over Reacting? Management of Fisheries in the Pantanal wetland, Brazil. *Conserv. Soc.* 15, 111– 122, 2017.

CHIARAVALLOTI, R. M., HOMEWOOD, K. & ERIKSON, K. Sustainability and Land tenure: Who owns the flood plain in the Pantanal, Brazil? *Land use policy* 64, 511–524, 2017.

CHIARAVALLOTI, R. M.; DELELIS, C.; TOFOLI, C.; PADUA, C.V.; RIBEIRO, K.; MENESES, G. A. Federal protected areas management strategies in Brazil: Sustainable financing, staffing, and local development. *Nat. e Conserv.* 13, 30–34, 2015.

CHIARAVALLOTI, Rafael Morais. The Displacement of Insufficiently 'Traditional' Communities. **Conservation & Society**, v. 17, n. 2, p. 173-183, 2019.

CHIARAVALLOTI, R.M. Biodiversidade da região da Serra do Amolar e região do entorno e espécies de valor turístico. Ecoa, 2012.

COLLOMB, Jean-Gaël E.; ALAVALAPATI, Janaki R.; FIK, Tim. Building a multidimensional wellbeing index for rural populations in northeastern Namibia. **Journal of Human Development and Capabilities**, v. 13, n. 2, p. 227-246, 2012.

COSTA, M. F. História de um País Inexistente – O Pantanal Entre Séculos XVI e XVIII. Estação Liberdade, 277 p, 1999.

COUTO, E. A.; DIETZ, J.M.; MUNFORD, R. WTTWERBERG, G.B. Sugestões para a Florestal (IBDF)/UFViçosa, 1975.

CREADO, Eliana Santos Junqueira et al. Entre " tradicionais " e " modernos ": negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 255-271, 2008.

DIEGUES, Carlos Antonio. **As populações humanas em áreas naturais protegidas da Mata Atlântica**. Centro de Culturas Marítimas, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Areas Umidas Brasileiras, Universidade de São Paulo, 1996.

ECOIA. "Mapeamento de Eventos Climáticos Extremos no Pantanal, análise de seus efeitos sobre populações vulneráveis, capacitação local e elaboração de propostas mitigatórias": Relatório técnico. Campo Grande. Convênio no. 0084/2011 (SICONV 763161/2011), MJ/SDE/FDD, 55 p, 2014.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. ; GENTILE, C. ; AZEVEDO, A. I. . Biodiversidade e ocupação humana do Pantanal mato-grossense: conflitos e oportunidades. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. 260p.

GALDINO, Sérgio; DE RESENDE, E. K. Previsão de cheias e secas da Embrapa auxilia pantaneiros. **Embrapa Pantanal-Artigo de divulgação na mídia (INFOTECA-E)**, 2000.

GALVIN, K. A., Thornton, P. K., de Pinho, J. R., Sunderland, J., & Boone, R. B. (2006). *Integrated Modeling and its Potential for Resolving Conflicts between Conservation and People in the Rangelands of East Africa*. *Human Ecology*, 34(2), 155–183. doi:10.1007/s10745-006-9012-6

GOTELLI, Nicholas J.; ELLISON, Aaron M. **Princípios de estatística em ecologia**. Artmed Editora, 2016.

HARRIS, Mônica B. et al. Safeguarding the Pantanal wetlands: threats and conservation initiatives. **Conservation Biology**, v. 19, n. 3, p. 714-720, 2005.

IRVING, Marta de Azevedo; MATOS, Karla. Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. **Floresta e Ambiente**, v. 13, n. 2, p. 89-96, 2006.

JUFFE-BIGNOLI, Diego et al. Protected planet report 2014. **UNEP-WCMC: Cambridge, UK**, v. 11, 2014

JUNK, Wolfgang J. et al. Biodiversity and its conservation in the Pantanal of Mato Grosso, Brazil. **Aquatic Sciences**, v. 68, n. 3, p. 278-309, 2006.

KOTSAKIS, Andreas. Community participation in biodiversity conservation: emerging localities of tension. In: PERRY-KESSARIS, Amanda (Ed.). *Law in the pursuit of development: principles into practice?* Routledge: Oxon, 2010. p. 131-145

LACERDA, Luiz Felipe Barbosa; ACOSTA, Luis Eduardo. Indicadores de Bem-estar Humano para Povos Tradicionais: o caso de uma comunidade ribeirinha na fronteira da Amazônia brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 1, p. 100-111, 2016.

LEISHER, Craig et al. Focal areas for measuring the human well-being impacts of a conservation initiative. **Sustainability**, v. 5, n. 3, p. 997-1010, 2013.

LITTLE, Adrian. **The politics of community: Theory and practice**. Edinburgh University Press, 2002.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma territorialidade antropológica. **Série Antropológica. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Brasília**, 2002.

MAMEDE, Simone; BENITES, Maristela; ALHO, Cleber José Rodrigues. Ciência cidadã e sua contribuição na proteção e conservação da biodiversidade na reserva da biosfera do Pantanal. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 12, n. 4, p. 153-164, 2017.

MANFROI, Miraira Noal; MARINHO, Alcyane. Narrativas: caminhos do lazer que acontece nas tessituras de contar sobre o vivido. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 6, n. 3, p. 37-56, 2019.

MOREIRA, Viviane Fonseca. Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar: rompendo fronteiras para a conservação do Pantanal. 2011.

PADUA, Claudio Valladares; CHIARAVALLOTI, Rafael Moraes. Pesquisa e conhecimento na gestão de unidades de conservação. **ECOS**, v. 2, p. 2, 2012.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO PANTANAL, criação do Parque Nacional do Pantanal. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento [https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna\\_matogrossensee.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_matogrossensee.pdf) 2003.

PULLIN, Andrew S. et al. Human well-being impacts of terrestrial protected areas. **Environmental Evidence**, v. 2, n. 1, p. 19, 2013.



RIBEIRO, M. da S. Um Ilha na História de um povo Canoeiro: O Processo de desterritorialização e reterritorialização dos Guató na região do Pantanal. **Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Brasil**, 2005.

REDPATH, S. M., Young, J., Evely, A., Adams, W. M., Sutherland, W. J., Whitehouse, A., ... Gutiérrez, R. J. (2013). *Understanding and managing conservation conflicts. Trends in Ecology & Evolution*, 28(2), 100–109. doi:10.1016/j.tree.2012.08.021

SALAFSKY, N. (2011). *Integrating development with conservation. Biological Conservation*, 144(3), 973–978. doi:10.1016/j.biocon.2010.06.003

SILVA, C. J. & SILVA, J. No Ritmo das Águas do Pantanal. São Paulo: NUPAUB, 1995

SILVA, Marina Osmarina. Saindo da invisibilidade—a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão social**, v. 2, n. 2, 2007.

SILVA, J. et al. Áreas protegidas no Pantanal? entre a intenção e a implantação, o que mudou de 1998 a 2006?. In: **Embrapa Informática Agropecuária-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS NO PANTANAL, 2., 2009, Corumbá, MS. Anais... Campinas: Embrapa Informática Agropecuária; São José dos Campos: INPE, 2009., 2009.

SIQUEIRA, André Luiz; SILVA, Aguinaldo; DE PAULA SILVA, Beatriz Lima. ÁREAS PROTEGIDAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 45, n. 1, p. 74-90, 2019.

SOUSA, Ana Cristina Augusto de (2005). «A evolução da política ambiental no Brasil do século XX» [em linha]. In: Rev. Ciências Políticas, n. 26 [disponível em 12/03/2013] .

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Lei 9.985 de 18 de julho de 2000; Ministério do Meio Ambiente.

TOCANTINS, Nelly. ÁREAS PROTEGIDAS E TURISMO, ESTUDO DE CASO: PARQUE NACIONAL DO PANTANAL MATOGROSSENSE/ MT E SEU ENTORNO. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil 2006. 170p

TOMAS, Walfrido M. et al. Sustainability agenda for the Pantanal wetland: perspectives on a collaborative Interface for science, policy, and decision-making. **Tropical Conservation Science**, v. 12, p. 1940082919872634, 2019

TOMAS, Walfrido Moraes et al. Borda Oeste do Pantanal e Maciço do Urucum em Corumbá, MS: área prioritária para conservação da biodiversidade. In: **Embrapa Pantanal-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIOECONÔMICOS DO PANTANAL, 5., 2010, Corumbá, MS. Anais... Corumbá: Embrapa Pantanal: UFMS; Campinas: ICS do Brasil, 2010. 1 CD-ROM SIMPAN 2010., 2010..

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. Annablume Editora, 2008.

WOODHOUSE, Emily; DE LANGE, E.; MILNER-GULLAND, E. J. Evaluating the impacts of conservation interventions on human wellbeing. **Guidance for practitioners**. IIED, London, 2015.

## **ANEXO A**

### **ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA - DIRECIONADAS PARA A COMUNIDADE 1 (PARAGUAI MIRIM SÃO FRANCISCO)**

1. A Pesca ou coleta de isca é feita mais a onde?
2. Você acha que depois que a Clarice comprou ficou mais difícil pescar na região. Ela deixa pescar na Baía? E acampar lá dentro?
3. E na reserva do IHB, vocês pescam lá dentro? Eles deixam acampar? Como era antes da reserva?
4. Em relação a madeira para construção, vocês pegam da murraria? Depois que criou a reserva, continuaram pegando?
5. Você conhece alguém que teve que se mudar depois que foram criadas as reservas?
6. A polícia militar ambiental já falou alguma coisa em relação às reservas? Comentaram sobre o que pode o que não pode lá dentro?
7. E o pessoal da comunidade reclamam alguma coisa sobre as reservas?

## **ANEXO B**

### **ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA - DIRECIONADAS PARA A COMUNIDADE 1 (PARAGUAI MIRIM SÃO FRANCISCO)**

1. A Pesca ou coleta de isca é feita mais onde?
2. Você acha que depois que as Reservas chegaram ficou mais difícil pescar na região. Ela deixa pescar na Baía? E acampar lá dentro?
3. E na reserva do IHB, vocês pescam lá dentro? Eles deixam acampar? Como era antes da reserva?
4. Em relação a madeira para construção, vocês pegam da murraria? Depois que criou a reserva, continuaram pegando?
5. Você conhece alguém que teve que se mudar depois que foram criadas as reservas?
6. A policia militar ambiental já falou alguma coisa em relação ás reservas? Comentaram sobre o que pode o que não pode lá dentro?
8. E o pessoal da comunidade reclamam alguma coisa sobre as reservas?

## ANEXO C

### NOTÍCIAS SOBRE A AUDIÊNCIA QUE LIBEROU A PESCA PARA OS RIBEIRINHOS

Notícia Diário Comrubaense: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=113833>

# Decisão da Justiça Federal garante a ribeirinhos prática da pesca em reserva no Pantanal

Da Redação em 01 de Dezembro de 2019



Divulgação

Os ribeirinhos da comunidade tradicional da Barra de São Lourenço estão autorizados a praticar pesca profissional artesanal, inclusive coleta de iscas, em algumas áreas delimitadas da Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense.

A decisão é da Justiça Federal em Corumbá, após uma longa audiência de instrução, realizada em 27 de novembro, com a oitiva de

Estudos apontam que pesca de subsistência não prejudica o meio ambiente

diversos especialistas e integrantes da comunidade. Trata-se de tutela provisória, ou seja, uma decisão tomada com base na urgência da situação e de caráter provisório, enquanto a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) que trata da questão continua a tramitar normalmente.

Notícia Observatório do clima:

<https://observatoriopantanal.org/2019/11/29/comunidade-ribeirinha-pantaneira-e-autorizada-em-decisao-historica-a-pescar-e-coletar-iscas/>

# Comunidade ribeirinha pantaneira é autorizada, em decisão histórica, a pescar e coletar iscas

Início / Notícias / Comunidade ribeirinha pantaneira é autorizada...



Justiça reconhece que a atividade tradicional não representa danos à natureza

Por MPF/MS

Há mais de 20 anos a comunidade tradicional de Barra de São Lourenço reivindica o direito ao usufruto sustentável do lugar em que habita. A partir de implantação do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, os ribeirinhos da localidade encontraram-se cercados no direito de permanecer fazendo o que eles sempre fizeram: pescar, coletar iscas, lenha e palha para a cobertura das moradias. De um lado, a garantia de preservação ambiental preconizada pelas proibições inerentes a uma unidade de conservação; do outro, seres humanos que vivem isolados e que dependem da extração sustentável de recursos naturais para sobreviver.

Neste dia 27 de novembro, a Justiça Federal em Corumbá (MS) assegurou que os moradores desta comunidade podem continuar com suas atividades pesqueiras e extrativistas, pois conforme estudos e parecer técnico da Embapa Pantanal, a ação desses ribeirinhos não compromete os recursos naturais do local. Pelo contrário, "o conhecimento por eles aplicado ajuda a garantir e preservar esses recursos que, por sua vez, garantem a sobrevivência dos ribeirinhos".

## Recent Articles



Evento online discute ações para que desastre não volte a acontecer no Pantanal  
outubro 20, 2020



Observatório Pantanal apresenta contribuições para o Estatuto do Pantanal  
outubro 15, 2020



Pantanal já tem quase 4 milhões de hectares queimados em 2020  
outubro 7, 2020



Atualização sobre os incêndios próximo à Serra do Amolar  
setembro 30, 2020



Fogo ameaça comunidades isoladas próximas à Serra do Amolar  
setembro 23, 2020



Organizações pedem que Judiciário aja em defesa do Pantanal  
setembro 21, 2020

## ANEXO D

### FALAS IMPORTANTES TRAZIDAS PELOS RIBEIRINHOS QUE NÃO SE CONECTAVAM COM O TRABALHO, MAS QUE DEVEM SER REGISTRADAS

Houve apenas uma entrevistada na Comunidade 1 que apresentou queixas de uma abordagem policial mais violenta, que coagiu a família, mas a história era ligada sobre a lei e não o uso da reserva, a fim de preservar sua história colocaremos ela aqui:

*A polícia ambiental é assim, eles vêm demais, tipo, dedado né? Inclusive vou até contar procês...Começo do ano passado nós estávamos aqui pegando Isca, meu esposo foi pra cidade, e ele falou (a polícia) “A nós temos uma denúncia”, ai disse “mas denúncia do que?Que nós não está sabendo de nada”. Ai pergunto pra ele (falou apontando para o parente sentado em sua frente): “Tem motosserra?” Ai ele falou não uso motosserra eu não sei serrar”. Ai ele falou “Quero ver, posso entrar na sua casa?” Mas que só eu na hora sem saber disse, num tem nada nos outros, pode entrar, mas só que ele não tava com a ordem do Juiz né? Ai um homem de la falo, “Você deveria gravar, com polícia entrando na casa sem ter autorização do Juiz”, ele não pode. Ai a gente sem saber, eu não sei ler né? Não sei de nada, ai depois caiu a ficha que eles mandaram eles vir aqui pra dar tempo da turma de lá fugir. Ele queria levar eu na marra né? Falei, moço, nós chegemo antes de ontem de Corumbá que negócio é esse?”Vocês chegaram antes de ontem?”, “Cheguemo antes de ontem da cidade”, “Se dá certeza?” falei, certeza nós dá. Tem a lista, a lista de compra... Ai ele disse, se vc foi pra cidade o crime não é o seu, é de outras pessoas então. Eu disse então, o senhor tem que pesquisar, saber quem é, não vir aqui entrar na casa e não saber de nada. Ai eu falei vou denunciar o senhor.*



*(e.g. entrevistado 5, Comunidade 1)*